

SÍLVIA SANSONI DE LIRA PAES DE MELO

**NOVAS PERSPECTIVAS PARA O MERCOSUL SOB A ÓTICA
DAS RECENTES NEGOCIAÇÕES TRILATERAIS COM A SACU
E ÍNDIA E A IMPORTÂNCIA POLÍTICA DESTES
MOVIMENTOS PARA O BRASIL**

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós
Graduação em Relações Internacionais para a
Universidade de Brasília apresentado como
requisito para obtenção do título de Especialista
em Relações Internacionais

SÍLVIA SANSONI DE LIRA PAES DE MELO

**NOVAS PERSPECTIVAS PARA O MERCOSUL SOB A ÓTICA
DAS RECENTES NEGOCIAÇÕES TRILATERAIS COM A SACU
E ÍNDIA E A IMPORTÂNCIA POLÍTICA DESTES
MOVIMENTOS PARA O BRASIL**

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós
Graduação em Relações Internacionais para a
Universidade de Brasília apresentado como
requisito para obtenção do título de Especialista
em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Alcides Costa Vaz

Brasília

2010

MELO, Sílvia Sansoni de Lira Paes de
Novas perspectivas para o MERCOSUL sob a ótica das recentes negociações trilaterais com a SACU e Índia e a importância política destes movimentos para o Brasil / Sílvia Sansoni de Lira Paes de Melo, Orientador: Prof. Dr. Alcides Vaz – Brasília, 2010
60 p.

Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto de Relações Internacionais
Universidade de Brasília – Curso de Especialização em Relações Internacionais.

1. Acordos Regionais de Comércio
 2. Cooperação Sul-Sul
 3. MERCOSUL
- I. Instituto de Relações Internacionais da UnB. II. Título

CDD –

SÍLVIA SANSONI DE LIRA PAES DE MELO

**NOVAS PERSPECTIVAS PARA O MERCOSUL SOB A ÓTICA
DAS RECENTES NEGOCIAÇÕES TRILATERAIS COM A SACU
E ÍNDIA E A IMPORTÂNCIA POLÍTICA DESTES
MOVIMENTOS PARA O BRASIL**

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós
Graduação em Relações Internacionais para a
Universidade de Brasília apresentado como
requisito para obtenção do título de Especialista
em Relações Internacionais

Professor

Nota

Professor

Nota

Professor

Nota

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é estudar os possíveis impactos, especialmente para o Brasil, das recentes negociações trilaterais entre o MERCOSUL, Índia e SACU (União Aduaneira da África Austral – África do Sul, Botsuana, Lesoto, Suazilândia e Namíbia) e quais as motivações políticas para a aproximação entre os países e blocos citados. Por meio de pesquisa bibliográfica, serão expostos os atores envolvidos e o histórico de aproximação e assinatura de acordos preferenciais de comércio entre eles. Verificou-se no estudo que os movimentos em prol da construção de um acordo entre os três membros inserem-se no contexto de fortalecimento da cooperação Sul-Sul e podem ser fundamentais para que a política externa brasileira alcance objetivos importantes. Constatou-se também que, para o Brasil, a aproximação com SACU e Índia tem maior relevância política que comercial, uma vez que o intercâmbio comercial com estes países ainda é relativamente baixo.

ABSTRACT

The objective of this work is to study the possible impacts, especially for Brazil, of the recent trilateral negotiations between MERCOSUL, India and SACU (Southern African Customs Union - South Africa, Botswana, Lesotho, Swaziland and Namibia) and the political motivations to encourage approximations between the countries and blocks of countries named. By means of literature research, the actors involved and the historical approach and signing of preferential trade agreements between them will be exposed. It was found in the study that moves towards construction of an agreement between the three members fit into the context of strengthening South-South cooperation and may be fundamental for the Brazilian foreign policy to reach its important goals. It appears that, for Brazil, the rapprochement with India and SACU is a more important political business, since trade with these countries is still relatively low.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS

INTRODUÇÃO	9
1 Acordos regionais de comércio, regionalismo e inter-regionalização	13
2 Contextualização dos Atores	18
2.1 MERCOSUL	18
2.2 SACU (Southern Africa Customs Union) – UAAA (União Aduaneira da África Austral).....	22
2.3 República da Índia	27
3 Histórico das iniciativas: MERCOSUL – Índia, MERCOSUL – SACU, reunião trilateral MERCOSUL – Índia – SACU.....	31
3.1 MERCOSUL – SACU	31
3.2 MERCOSUL – Índia.....	34
3.3 A Reunião Ministerial Trilateral MERCOSUL – Índia – SACU	37
4 Incentivos políticos para a aproximação e impactos esperados	40
4.1 Incentivos políticos	40
4.1.1 O Fórum de Dialogo IBAS (Índia, Brasil, África do Sul)	40
4.1.2 O G20 e a V Conferência Ministerial da OMC.....	42
4.1.3 O G4 e a busca pela reforma no Conselho de Segurança das Nações Unidas.....	44
4.1.4 Os BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China)	45
4.1.5 A crise financeira internacional e o desempenho dos emergentes	47
4.2 Impactos para o Brasil.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução do comércio exterior brasileiro (2002 – 2008)

Figura 2 – Dados básicos da África do Sul

Figura 3 – Indicadores socioeconômicos da África do Sul

Figura 4 – Comércio exterior da África do Sul

Figura 5 – Intercâmbio comercial Brasil – África do Sul (2005 – 2009)

Figura 6 – Dados básicos da República da Botsuana

Figura 7 – Dados básicos do Reino do Lesoto

Figura 8 – Dados básicos do Reino da Suazilândia

Figura 9 – Dados básicos da República da Namíbia

Figura 10 – Dados básicos da República da Índia

Figura 11 – Indicadores socioeconômicos da Índia (2005 – 2009)

Figura 12 – Comércio exterior da Índia (2004 – 2008)

Figura 13 – Intercâmbio comercial Brasil – Índia (2005 – 2009)

Figura 14 – Intercâmbio comercial MERCOSUL – SACU (2002 – 2008)

Figura 15 – Intercâmbio comercial MERCOSUL – Índia (2002 – 2008, jan-mar 2009)

Figura 16 – Variação do PIB brasileiro e de outros 24 países em 2009

Figura 17 – Intercâmbio comercial MERCOSUL – UE (2002 – 2008, jan-mar 2009)

INTRODUÇÃO

Historicamente o comércio entre países em desenvolvimento sempre teve baixa densidade. Em grosso modo, estes países eram exportadores de produtos agrícolas e minerais e importadores de produtos industrializados. Não havia, portanto, complementaridade entre a oferta de exportações e a demanda de importações entre os países.

Esse cenário sofreu alterações a partir dos anos 1990: alguns países em desenvolvimento consolidaram suas estruturas produtivas industriais, implementaram reformas de liberalização comercial e promoveram a abertura de mercados.

A década de 1990 também é marcada pela proliferação de acordos regionais entre países geograficamente próximos, num primeiro momento, e em seguida entre países que não são “parceiros naturais geográficos”. Podemos citar como exemplo acordos da União Européia com África do Sul e México, Estados Unidos com Cingapura e Austrália, Mercado Comum do Sul (MERCOSUL – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) com SACU (Southern Africa Customs Union – União Aduaneira da África Austral – África do Sul, Botsuana, Lesoto, Suazilândia e Namíbia) e República da Índia.

Conforme expõe KUME (2005)¹ dificuldades encontradas nas negociações regionais de livre-comércio com os Estados Unidos e a União Européia têm estimulado o MERCOSUL, particularmente o Brasil, a buscar vínculos comerciais através de acordos “Sul-Sul”, na expectativa de que os aumentos nos fluxos de comércio fossem mais equilibrados e com perfil mais apropriado às condições atuais de competitividade das indústrias domésticas.

Segundo PEREIRA (2005)², apesar do comércio Sul-Sul ser um fato, grande parte do volume de transações comerciais está associado ao comércio intra-regional com “parceiros naturais”. No comércio inter-regional os volumes são bem menores.

Todavia, há indícios de que é possível aumentar o comércio inter-regional dos

¹ Trabalho apresentado na VI Reunião da Rede de Estudos da América Latina e Caribe sobre a Ásia do Pacífico (Redealap), em 2005, promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e Instituto para a Integração da América Latina (BID/Intal).

² Artigo publicado no Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento/RJ

países em desenvolvimento por meio de acordos comerciais preferenciais e que os acordos entre o Brasil, Índia e África do Sul sustentam essa indagação. Todos esses países são grandes economias em suas regiões, possuem importantes reservas de riquezas minerais e de recursos naturais, são regidos por regimes democráticos e estão entre as 30 principais economias do mundo³. Outro ponto em comum entre esses países foi o estímulo à industrialização via processos de substituição de importações e a introdução de reformas comerciais de liberalização na década de 1990.

Os três países estão juntos (ou pelo menos dois deles; partindo do princípio que no MERCOSUL o mais relevante é o Brasil e na SACU, a África do Sul) em uma série de iniciativas no cenário internacional: Fórum de Diálogo IBAS (Índia, Brasil e África do Sul – IBSA, sigla em inglês), iniciativa de caráter político, estratégico e econômico; G20 – grupo de países emergentes com foco de atuação na quebra do protecionismo que permeia o comércio agrícola mundial; G4 – Brasil, Índia, Alemanha e Japão: nações que pleiteiam assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e uma reforma na política decisória da própria Organização das Nações Unidas (ONU). As economias emergentes e, em especial a Índia e os principais membros da SACU e MERCOSUL, África do Sul e Brasil, respectivamente, ganham cada vez mais destaque e repercussão no cenário político e econômico mundial em virtude de taxas de crescimento, reformas implementadas e perspectivas de inserção internacional.

Os BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) não constituem um bloco político propriamente dito mas o termo foi criado em virtude do destaque que estas economias vem ganhando na cena internacional pelo rápido crescimento. O criador da sigla, Jim O'Neill, economista do grupo financeiro Goldman Sachs, argumenta que uma vez que estão em rápido desenvolvimento, o conjunto de economias dos BRICs poderão se tornar os países mais ricos do mundo até 2050.

O objetivo do presente trabalho é estudar, sem a pretensão de esgotar o tema, os possíveis impactos, especialmente para o Brasil, da recentes intensificações das negociações trilaterais entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), SACU (União Aduaneira da África Austral – África do Sul, Botsuana, Lesoto, Suazilândia e

³ Dados disponíveis no portal do Fundo Monetário Internacional (FMI), www.imf.org

Namíbia) e Índia. De forma mais focada, este trabalho pretende, ainda, expor quais as motivações políticas para a aproximação entre os países e blocos citados.

Com este intuito, o desenvolvimento deste estudo foi dividido em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro é “Acordos regionais de comércio, regionalismo e inter-regionalização”; o segundo “contextualização dos atores estudados”, o terceiro aborda o “histórico das iniciativas de integração”; por fim são expostos “incentivos políticos para a aproximação e impactos esperados”.

O possível acordo entre MERCOSUL, SACU e Índia, que motivou o presente trabalho, ainda está em fase de estudo e a primeira reunião ministerial trilateral ocorreu em 30 de novembro de 2009 em Genebra (Suíça). Já estão vigor os acordos de comércio preferencial entre MERCOSUL e SACU e MERCOSUL e Índia.

É pertinente mencionar algumas hipóteses iniciais: o estudo dos impactos comerciais não se apresenta como objetivo de fácil alcance, em virtude da escassez de bibliografia e dados estatísticos, e provavelmente não será possível comprovar incrementos de comércio em virtude apenas da primeira reunião ministerial trilateral entre Índia e os membros da SACU e do MERCOSUL em virtude do fato de as negociações serem bastante recentes. Já é um fato conhecido de que o comércio entre os membros estudados não é tão expressivo e que o comércio entre o Brasil e alguns dos seus parceiros tradicionais, como União Européia e Estados Unidos (apenas como exemplo) superam em muito o intercâmbio comercial MERCOSUL – SACU e MERCOSUL – Índia.

Não se pode deixar de mencionar que no trabalho são enfatizados os esforços e investimentos em política externa desenvolvidos pelo atual governo brasileiro. Em virtude disso, muito da trajetória do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Ministro de Relações Exteriores Celso Amorim é exposta no trabalho. A metodologia adotada para desenvolvimento deste estudo foi pesquisa bibliográfica. Meios eletrônicos e portais oficiais dos países e organismos estudados e citados no trabalho serviram de grande contribuição para este estudo: Portais do MERCOSUL, SACU, República da Índia, Governo Brasileiro (em especial MRE – Ministério das Relações Exteriores, MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e MDIC – Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), Organização das

Nações Unidas (ONU), Organização Mundial de Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BID), entre outros. O destaque para a pesquisa em meios eletrônicos se justifica pelo fato de a temática ser bastante recente e pela quantidade de estudos e relatórios qualificados disponíveis nos meios citados.

1 Acordos regionais de comércio, regionalismo e inter-regionalização

O mundo se move cada vez mais rapidamente em direção a níveis cada vez maiores de intercâmbio comercial, financeiro e de investimentos além das fronteiras. A abertura comercial exerce efeito positivo sobre o aumento da produtividade e o desenvolvimento dos países e blocos econômicos.

Segundo FRIEDEN (2006)⁴, a história da economia mundial moderna ilustra dois aspectos: que economias funcionam melhor quando estão abertas ao mundo e economias abertas funcionam melhor quando seus governos tentam aplacar as fontes de insatisfação com o capitalismo global. O desafio do capitalismo global no século XXI é associar integração internacional com governos politicamente reativos e socialmente responsáveis. Apesar de diferentes ideologias contemporâneas argumentarem que tal combinação é improvável, a teoria e a história sinalizam que a coexistência entre globalização e políticas comprometidas com melhorias sociais é possível. Fica, portanto, a cargo dos governos e indivíduos transformar possibilidade em realidade.

É possível observar atualmente no sistema internacional uma dinâmica em que a participação da maioria dos países se insere em dois processos simultâneos que adotam lógicas distintas.

Primeiramente, verifica-se uma maior influência dos fóruns multilaterais com aumento do número de participantes e intensificação dos processos de liberalização comercial e interdependência mundial.

Em segundo lugar, nota-se que os mesmos países que participam da abertura multilateral têm adotado os mais diversos esquemas de acordos regionais que coexistem com a OMC e que incluem desde acordos de livre comércio até uniões monetárias.

Diante desta nova ordem que se desenha nas relações internacionais contemporâneas, pode ser percebida a reestruturação do papel do Estado, ao longo do tempo, através da formação de blocos regionais político-econômicos com vistas à defesa dos interesses nacionais.

⁴ Ver Capitalismo Global, p. 502

De acordo com Amado Luiz Cervo (2008),

“a política internacional não muda de natureza nos anos 1990, se considerarmos seu caráter anárquico, a hierarquia das potências, a prevalência de relações hegemônicas, as estruturas capitalistas de dominação e os conflitos de interesse (SENARCLENS, 1992). Não há contudo como negar que o mundo pôs-se à busca de novos princípios e regras de conduta, que mudanças na organização internacional estão em curso e que essa transição vinha se preparando pelo menos desde 1985, com uma aceleração a partir de 1989.”

A proliferação de acordos regionais é motivo de atenção pelo seu efeito no sistema multilateral, mas a opinião compartilhada entre boa parte da comunidade acadêmica internacional é que esses dois sistemas não têm sido contraditórios. Assegurar que o regionalismo e o multilateralismo se desenvolvam de maneira acoplada e não separada é uma questão que afronta grande parte dos estudiosos e teóricos de relações internacionais, haja vista que se durante os anos 1980 acreditava-se que o multilateralismo se estenderia pelo mundo a ponto de dissolver os blocos regionais, ou então que a tendência de regionalismos se tornaria mais vigorosa, ensejando uma guerra comercial entre blocos e comprometendo a própria natureza expansionista da globalização. No entanto, a partir dos anos 1990 surgiu um consenso relativo entre alguns acadêmicos de que essas duas tendências são complementares.

Vera Thorstensen⁵ (2002) argumenta que a questão da multiplicação dos acordos regionais de comércio no mundo atual vem despertando crescente interesse. Segundo a autora,

“a discussão se centra no entendimento, de um lado, de que os acordos regionais, por liberalizarem o comércio entre as partes e incluírem temas ainda não negociados no âmbito da OMC, estariam fortalecendo o sistema multilateral de comércio. Do outro lado, o argumento é de que os acordos regionais estariam criando suas próprias regras e essas estariam minando o sistema multilateral. Diante desse conflito, o papel a ser desempenhado pela OMC torna-se

⁵ Doutora pela FGV de São Paulo, com programas de pós-doutorado sobre *Política de Comércio Exterior* em Washington, Bruxelas, Lisboa e Genebra. Em 2002 era assessora da Missão do Brasil junto à OMC.

ainda mais relevante, não só para o estabelecimento de regras sobre a compatibilidade dos acordos regionais com as regras multilaterais, como também para a supervisão da aplicação de tais regras na formação e evolução desses acordos.”

De forma sucinta, nas palavras do Secretário de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Welber Barral⁶, podemos dizer que os acordos regionais de comércio possuem motivações econômicas e políticas. Como justificativas econômicas são apontadas as vantagens comparativas, maior concorrência, melhor alocação dos recursos, economia de escala, diversificação produtiva, complementaridade produtiva, maior poder de negociação. Como exemplo de motivações políticas poderiam ser citadas a estabilização política regional, fomento da cooperação (em temas como imigração, segurança, etc.), articulação de demandas comuns em foros internacionais, aprofundamento ou bloqueio do retrocesso de reformas econômicas e aumento na segurança na relação entre os membros. Também é possível mencionar alguns possíveis problemas advindos dos acordos regionais de comércio: desvio de comércio, discriminação de parceiros comerciais, maior complexidade das regras de origem (necessidade de implementação de certificados padronizados, crescimento da burocracia inerente, etc.) e desvio de atenção das negociações multilaterais.

Segundo LIMA (2005), duas características marcantes do capitalismo contemporâneo são a globalização e a regionalização. Esse novo capitalismo emergiu tanto das importantes transformações tecnológicas iniciadas na segunda metade da década de setenta quanto de políticas econômicas pró-mercado baseadas em movimentos como privatização, desregulação e liberalização dos fluxos financeiros. Como consequência desse cenário, as relações entre as nações foram profundamente modificadas.

A década de 1990 foi marcada por visível crescimento no número de Acordos Regionais de Comércio (ARCs).

Segundo definição da Organização Mundial de Comércio (OMC) os acordos regionais de comércio compreendem “todo acordo bilateral, regional e plurilateral de natureza preferencial”. Tais acordos, que inicialmente teriam caráter excepcional no

⁶ Palestra proferida pelo Sr. Barral disponível do portal do Centro Brasileiro de Relações Internacionais, www.cebri.org.br

sistema multilateral de comércio, proliferaram-se por diversas partes do mundo e, nos dias de hoje, são raros os casos de países que não participem de pelo menos um acordo preferencial. É crescente também o número de acordos entre blocos comerciais, caracterizando a inter-regionalização.

A postura a ser adotada pelos países em desenvolvimento não pode ser diferente do resto do mundo: é preciso efetuar alianças para obter e manter posições competitivas na atual economia globalizada.

Não se pode deixar de ressaltar, sempre, o importante papel da Organização Mundial de Comércio (OMC) no tocante à supervisão de acordos regionais, com o intuito de preservar os avanços conseguidos no sistema multilateral e impedir possíveis desequilíbrios existentes em acordos regionais.

O regionalismo empreendido no MERCOSUL, por exemplo, tem relação com a necessidade de se avançar da integração superficial obtida através dos acordos multilaterais de comércio para formas mais profundas de integração, uma vez que dificilmente poderiam ser alcançadas nas negociações entre os 153 países heterogêneos, signatários da Organização Mundial de Comércio (OMC).

A inserção dos países do MERCOSUL no sistema internacional demonstra que há uma relação de complementaridade entre os processos de regionalismo e multilateralismo⁷.

O resultado ainda incerto do extenso debate a respeito dos ganhos potenciais dos acordos regionais de integração econômica relativamente às conquistas comerciais propiciadas pelas rodadas multilaterais de liberalização comercial é inerente ao próprio grau de complexidade atingido pelas trocas comerciais na atualidade. Ao mesmo tempo em que os países se engajam em acordos preferenciais de comércio a fim de facilitar a negociação do seu acesso nos mercados internacionais, também adotam medidas de proteção interna ao comércio de bens e serviços nos quais eles não possuem vantagens comparativas ou competitividade internacional. Além disso, nas rodadas internacionais no âmbito da OMC⁸, tem

⁷ artigo “Bifurcamento Estratégico: Os impasses do MERCOSUL entre as Agendas do Regionalismo e do Multilateralismo”, de autoria de Elói Martins Senhoras e Claudete de Castro Silva Vitte, disponível em www.cori.unicamp.br

⁸ Rodadas de negociação na história do sistema multilateral de comércio: Genebra (1947), Annecy (1949), Torquay (1950-51), Genebra (1955-56), Dillon (1960-61), Kennedy (1964-67), Tóquio (1973-79), Uruguai (1986-93), Doha (2001 – em andamento).

havido uma permanente disputa entre países desenvolvidos e em desenvolvimento no que se refere à redução de barreiras comerciais em setores considerados sensíveis às suas economias.

Esta contradição entre a necessidade de uma maior abertura comercial e o desejo de proteção faz parte do jogo internacional. O grande desafio consiste em encontrar uma solução ótima que consiga imprimir ao sistema comercial global o grau de dinamismo necessário à manutenção de padrões de desenvolvimento econômico proporcionalmente equivalentes entre os países. A experiência brasileira mostra que o país tem acompanhado a tendência do comércio internacional de formação de blocos regionais de integração econômica juntamente com um processo contínuo de abertura comercial.

2 Contextualização dos Atores

2.1 MERCOSUL

Os esquemas de integração entre países são classificados em geral de acordo com o alcance e o grau de cooperação econômica requerido ou existente⁹:

a) Zonas de Livre Comércio: Têm como característica principal a eliminação dos entraves à circulação de mercadorias, em especial a cobrança de imposto de importação entre os países participantes. Eventualmente, podem envolver a eliminação de entraves à circulação de serviços e capitais. Esse é o caso, por exemplo, do Acordo de Livre Comércio entre o México, os Estados Unidos e o Canadá (NAFTA).

b) Uniões Aduaneiras: Além da eliminação dos entraves à circulação de fatores de produção, há a adoção de uma política tarifária comum em relação a terceiros países – isto é, os Estados Partes têm uma “Tarifa Externa Comum”. Uma vez que há um grau maior de integração, concebem-se também instrumentos comuns de política comercial em diferentes setores.

c) Mercados Comuns: Além de uma política comercial comum, seus membros avançam na coordenação de políticas setoriais, alcançando, inclusive, a livre circulação de pessoas e fatores de produção. O estabelecimento de um Mercado Comum implica, ainda, a harmonização da legislação referente a áreas fundamentais tais como regras comunitárias para o despacho aduaneiro de mercadorias, os controles sanitários e fitossanitários, a defesa comercial extrazona e a concessão de incentivos à produção.

d) Uniões Monetárias: Pressupõem, além do Mercado Comum, a adoção de uma política monetária comum e de uma moeda única.

e) Uniões Políticas: Pressupõem, além da União Monetária, a harmonização das políticas externa, de segurança e interior e, mesmo, a adoção de uma Constituição Única.

⁹ Os esquemas de integração descritos e os detalhes técnicos sobre o Mercado Comum do Sul tiveram como fonte o portal oficial do MERCOSUL

O MERCOSUL aspira a ser um Mercado Comum. Na prática, o MERCOSUL pode ser considerado, atualmente, uma zona de livre comércio e uma união aduaneira em fase de consolidação, com matizes de mercado comum.

O Mercado Comum do Sul, MERCOSUL, é um processo de integração entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai inaugurado em 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção. Os países membros acordaram ampliar as dimensões de seus mercados nacionais, com base na premissa de que a integração constitui condição fundamental para acelerar o processo de desenvolvimento econômico e social dos seus povos. Os membros estabeleceram, no preâmbulo do Tratado de Assunção, que a constituição do mercado comum deve pautar-se pelo aproveitamento eficaz dos recursos disponíveis, pela preservação do meio ambiente, pela melhora das interconexões físicas e pela coordenação de políticas macroeconômicas de complementação dos diferentes setores da economia. Conforme o artigo primeiro do Tratado de Assunção, o MERCOSUL implica “a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, por meio, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não-tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente; o estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais; a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes - de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes; o compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração”.

A existência de uma tarifa externa comum (TEC) contribui para caracterizar o MERCOSUL como um projeto de integração profunda, que tende à conformação de um espaço econômico ampliado, delimitado por tarifas aplicadas uniformemente a produtos oriundos de terceiros países. A TEC constitui um ativo diplomático importante para a região e é elemento fundamental para a atuação em bloco nas negociações comerciais com terceiros países ou grupos de países. Por outro lado, sua

existência impõe maior disciplina por parte dos Estados Partes, que perdem autonomia na fixação de alíquotas do imposto de importação e na negociação com terceiros países. Ela é definida em comum, só pode ser revista de comum acordo pelos países-membros e abrange todo o universo de produtos comercializados com terceiros países, totalizando (dados de 2007), 9.721 itens tarifários. Esses itens são descritos na Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM), em oito dígitos. O objetivo é equalizar as condições de concorrência, ou seja, garantir que os produtores dos diferentes Estados Partes pagarão o mesmo montante para importação de insumos e máquinas e, portanto, poderão competir entre si em condição de igualdade. Na medida em que expõe os quatro países à mesma estrutura de proteção, configura-se um instrumento de estímulo à integração produtiva entre suas economias.

Segundo ONUKI¹⁰ (2006), o processo de integração do MERCOSUL, mesmo marcado por crises domésticas e internacionais, tornou-se uma marca da política externa do governo brasileiro ao longo dos anos 1990, e manteve-se no discurso diplomático como uma das prioridades da agenda externa do governo Lula, que vem insistido na expansão do projeto de integração para os demais países andinos, na perspectiva de ampliar a integração sul americana, na sua liderança.

O MERCOSUL caracteriza-se pelo regionalismo aberto. Isso significa que a criação do bloco tem por objetivo não só o incremento do comércio intrazona, mas também o estímulo às trocas com terceiros países. São Estados Associados do MERCOSUL a Bolívia (desde 1996), o Chile (desde 1996), o Peru (desde 2003), a Colômbia e o Equador (desde 2004).

Os principais órgãos decisórios que compõem a estrutura institucional do bloco são: o Conselho do Mercado Comum (CMC), o Grupo Mercado Comum, (GMC) e a Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM).

No Ministério das Relações Exteriores, a Divisão de Negociações Extra-Regionais do MERCOSUL I (DNC I, antiga DUEX) tem como atribuição principal coordenar e conduzir as negociações comerciais do MERCOSUL com países e grupos de países em desenvolvimento situados fora do continente americano. É importante mencionar que, em matéria de política comercial, o Brasil negocia em bloco, juntamente com os demais países do MERCOSUL. Durante as negociações

¹⁰ Ver Relações Internacionais do Brasil – temas e agendas, v.1, p. 299

extra-regionais, as posições do MERCOSUL precisam ser previamente acordadas em reuniões internas de coordenação (Decisão 32/00 do CMC).

Desde meados da década passada, o MERCOSUL esteve envolvido em diversas iniciativas de negociações de acordos comerciais com os mais variados parceiros extra-regionais: ALCA, União Européia, Índia, União Aduaneira da África Austral (SACU, sigla em inglês), Canadá, Índia, Egito, Marrocos, Israel e países do Conselho de Cooperação do Golfo.

Uma interessante e rica base de dados para acompanhamento das conquistas e os desafios compreendidos pela iniciativa do MERCOSUL são os relatórios anuais produzidos pelo BID-INTAL (Banco Interamericano de Desenvolvimento/Instituto para Integração da América Latina e Caribe).

O Brasil é a grande potência do MERCOSUL. Alguns números explicam essa posição¹¹: o país é dono de uma das dez maiores reservas mundiais de petróleo; é o maior exportador mundial de café, ferro, soja, suco de laranja, etanol, carne bovina, frango, açúcar e etanol; referência mundial na produção e no desenvolvimento de bicom bustíveis; sétimo maior fabricante de carros do mundo; quarto maior fabricante mundial de aeronaves e líder na produção de modelos com capacidade de até 120 passageiros; maior bacia hidrográfica do mundo, com 73% da matriz elétrica com origem hídrica.

A combinação de estabilidade macroeconômica e institucional, crescimento sustentado, forte política de inclusão social e distribuição de renda projeta um novo Brasil no cenário internacional. A figura exposta a seguir, sobre a evolução do comércio exterior brasileiro, evidencia que o país está em constante crescimento.

¹¹ Informações coletadas no site oficial da Presidência da República, www.presidencia.gov.br

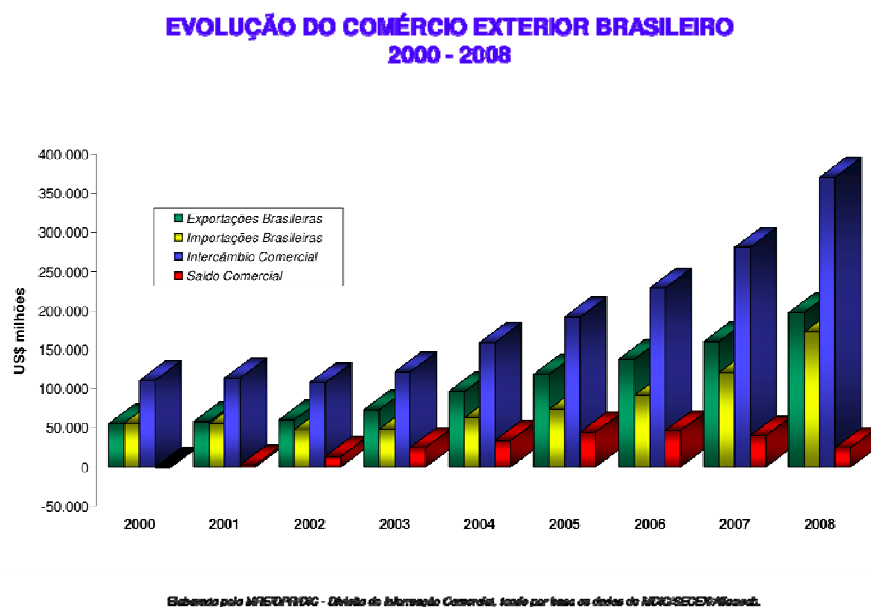


Figura 1 – Evolução do comércio exterior brasileiro (2002 – 2008)

2.2 SACU (Southern Africa Customs Union) – UAAA (União Aduaneira da África Austral)

A União Aduaneira da África Austral (UAAA) ou SACU (sigla em inglês) é a união aduaneira mais antiga do mundo e em 2010 completa 100 anos. É composta por cinco países do sul de África: África do Sul, República da Botsuana, Reino do Lesoto, Reino da Suazilândia e República da Namíbia.

A SACU foi criada em 1910 como Acordo de União Aduaneira entre a então União da África do Sul e no Alto Comissariado dos Territórios Bechuanaland, Basutoland e Suazilândia. Com o advento da independência destes territórios, o acordo foi atualizado e em 11 de Dezembro de 1969, foi relançado como União Aduaneira da África Austral (UAAA) com a assinatura de um acordo entre a República da África do Sul, Botsuana, Lesoto e Suazilândia. Com a independência da Namíbia, em 1990, e o fim do regime do Apartheid na África do Sul, em 1994, foram iniciadas novas negociações que culminaram no acordo de 2002, que incrementou a institucionalização do bloco. Foi criado também, a partir daí, o Secretariado da SACU, com sede em Windhoek, capital da Namíbia. Enquanto

estavam vigentes os acordos de 1910 e 1969, a SACU era administrada pela África do Sul.

Assim como o MERCOSUL, a SACU também se utiliza de uma tarifa externa comum para os produtos que são importados de países fora da união aduaneira. De acordo com informações do portal oficial da SACU¹², os Estados-membros formam um único território de alfândega em que as tarifas e outras barreiras são eliminadas substancialmente de todo o comércio de produtos produzidos internamente.

Os objetivos da SACU, de acordo com o artigo 2º do acordo de 2002 são:

- Facilitar o movimento transfronteiriço dos bens entre os territórios dos Estados-membros.
- Criar instituições efetivas, transparentes e democráticas capazes de assegurar benefícios de comércio equitativos aos Estados-membros.
- Promover um ambiente de condições de competição justa na área comum de alfândega.
- Aumentar substancialmente as oportunidades de investimento na área comum de alfândega.
- Ampliar o desenvolvimento econômico, a diversificação, a industrialização, e a competitividade dos Estados-membros.
- Promover a inserção dos Estados-membros na economia global por meio de incremento de comércio e investimentos.
- Facilitar a partilha equitativa dos rendimentos oriundos de tarifas aduaneiras, impostos e deveres adicionais arrecadados pelos Estados-membros e facilitar o desenvolvimento de políticas e estratégias comuns.

Os órgãos da SACU estão descritos no artigo 7º e são os seguintes: Conselho de Ministros, Secretariado, Comitê, Organismo Nacional, Diretoria de taxas alfandegárias, Comitês técnicos e um Tribunal.

Além do acordo bilateral com o MERCOSUL, a SACU também é integrante das seguintes iniciativas:

- Acordo de livre comércio com a EFTA (European Free Trade Association), desde agosto de 2005. Esta iniciativa inclui acordo de livre comércio entre as

¹² www.sacu.int

duas partes e contempla ainda três acordos, separados, na área agrícola entre SACU e Noruega, Islândia e Suíça/Liechtenstein respectivamente.

- Acordo de comércio, investimento e cooperação (TIDCA – Trade, investment and cooperation agreement) com os Estados Unidos cujas negociações foram iniciadas em 2007. A intenção inicial era constituir uma área de livre comércio, todavia, em virtude de divergências entre as partes, as tratativas para esse formato de acordo foram suspensas em 2004.
- Acordo de comércio preferencial (PTA – Preferential Trade Agreement) com a Índia (em andamento).

É importante ressaltar que está exposto com evidência no portal oficial da SACU o acordo de comércio preferencial SACU – MERCOSUL. O motivo do destaque dispensado a iniciativa é o fato deste ser o primeiro acordo concluído pela SACU como entidade única e o primeiro acordo firmado com um membro de região em desenvolvimento (reforçando os objetivos de cooperação e integração Sul-Sul). Seguem abaixo alguns dados relevantes sobre a África do Sul.

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	República da África do Sul
Superfície	1.219.090 Km²
Localização	Sul da África
Capital	Pretória
Principais cidades	Cidade do Cabo, Pretória, Johannesburg, Durban, Porto Elizabeth, Bloemfontein
Idiomas	Africâner, inglês, sepedi, entre outros
PIB a preços correntes (2009: Estimativa EIU)	US\$ 282,1 bilhões
PIB "per capita" (2009)	US\$ 5.746
Moeda	Rand

Elaborado pela MPE/UFPR/BC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados da EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report January 2010.

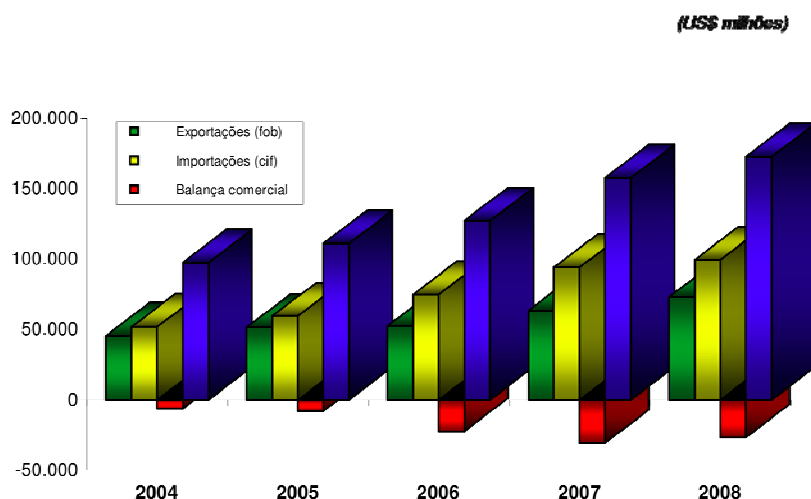
Figura 2 – Dados básicos da África do Sul

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2005	2006	2007	2008	2009 ⁽¹⁾
População (em milhões de habitantes) ⁽²⁾	47,5	47,9	48,4	48,8	49,1
Densidade demográfica (hab./Km ²)	39,0	39,3	39,7	40,0	40,3
PIB a preços correntes (US\$ bilhões)	247,0	261,3	286,2	276,5	282,1
Crescimento real do PIB (%)	5,3	5,6	5,5	3,7	n.d.
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	4,0	5,0	10,7	9,1	6,5
Reservas internacionais (US\$ bilhões)	20,6	25,6	32,9	34,1	35,9
Dívida Externa Total (US\$ bilhões) ⁽³⁾	31,1	35,5	43,4	45,8	44,4
Câmbio (R / US\$)	6,33	7,04	6,86	9,30	7,85

Elaborado pelo MRE/DPFAC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Economist Intelligence Unit, Country Report, January 2010.

(1) 2009: Estimativa FMI
(2) 2005, 2007 e 2008: Estimativa ECU
(3) 2008: estimativa ECU
(n.d.) Dados não disponíveis.

Figura 3 – Indicadores socioeconômicos da África do Sul



Elaborado pelo MRE/DPFAC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD December 2009.

Figura 4 – Comércio exterior da África do Sul

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ÁFRICA DO SUL ⁽¹⁾ (US\$ mil, fob)	2005	2006	2007	2008	2009
Exportações	1.371.135	1.462.737	1.757.858	1.754.848	1.259.700
Variação em relação ao ano anterior	32,2%	6,7%	20,2%	-0,2%	-28,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África	22,9%	19,6%	20,5%	17,3%	14,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	1,2%	1,1%	1,1%	0,9%	0,8%
Importações	341.547	434.861	522.301	774.152	433.206
Variação em relação ao ano anterior	27,4%	27,3%	20,1%	48,2%	-44,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras da África	5,1%	5,4%	4,6%	4,9%	5,1%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,5%	0,5%	0,4%	0,4%	0,3%
Intercâmbio comercial	1.712.682	1.897.598	2.280.159	2.529.000	1.692.906
Variação em relação ao ano anterior	31,2%	10,8%	20,2%	10,9%	-33,1%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com a África	13,6%	12,2%	11,4%	9,8%	9,9%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,9%	0,8%	0,8%	0,7%	0,6%
Balança comercial	1.029.588	1.027.876	1.235.557	980.696	826.494

Elaborado pelo MRE/DPFAC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Afcomsul.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

Figura 5 – Intercâmbio comercial Brasil – África do Sul (2005 – 2009)

Serão expostos abaixo alguns dados básicos sobre os outros membros da

União Aduaneira da África Austral. De forma incontestada a África do Sul é o país com maior peso econômico do bloco. Um indicador que expressa essa afirmação é o PIB a preços correntes: enquanto a África do Sul apresentou um saldo de US\$ 282.1 bilhões em 2008, conforme informações divulgadas pelo Ministério das Relações Exteriores brasileiro, a República da Botsuana, o Reino do Lesoto, o Reino da Suazilândia e a República da Namíbia apresentaram US\$ 12, US\$ 1.6, US\$ 2.8 e US\$ 7.5 bilhões respectivamente.

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	República da Botsuana
Superfície	581.730 Km²
Localização	Sul da África
Capital	Gaborone
Principais cidades	Gaborone, Francistown, Selebi-Phikwe
Idiomas	Inglês e Setsuana
PIB a preços correntes (2008 - estimativa EIU)	US\$ 12 bilhões
PIB "per capita" (2008)	US\$ 6.335
Moeda	Pula

Elaborado pelo MRE/UFFHOC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados de The Economist Intelligence Unit, Country Report April 2009.

Figura 6 – Dados básicos da República da Botsuana

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	Reino de Lesoto
Superfície	30.344 Km²
Localização	Sul da África
Capital	Maseru
Principais cidades	Mafeteng, Mphahle's Hoek, Makhhotlong, Thaba-Tseka, Besea
Idiomas	Sesotho e Inglês
PIB a preços correntes (2008 - Estimativa EIU)	US\$ 1,6 bilhão
PIB "per capita" (2008)	US\$ 941
Moeda	Loti

Elaborado pelo MRE/UFFHOC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados de EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report January 2008.

Figura 7 – Dados básicos do Reino do Lesoto

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	Reino da Suazilândia
Superfície	17.364 Km²
Localização	Sul da África
Capital	Mbabane
Principais cidades	Mbabane, Manzini, Nhlangano
Idiomas	Pigg's Peak, Siteki Siswati e inglês
PIB a preços correntes (2008 - Estimativa EIU)	US\$ 2,8 bilhões
PIB "per capita" (2008)	US\$ 3.111
Moeda	Lilangeni (plural: emalangeni)

Elaborado pelo MREDP/PRD/C - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da The Economist Intelligence Unit, Country Report January 2008.

Figura 8 – Dados básicos do Reino da Suazilândia

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	República da Namíbia
Superfície	824.269 Km²
Localização	Sudoeste da África
Capital	Windhoek
Principais cidades	Windhoek, Walvis Bay, Rundu, Oshakati
Idioma Oficial	Swakopmund, Katima Mulilo, Rehoboth Inglês
PIB a preços correntes (2008 - estimativa EIU)	US\$ 7,5 bilhões
PIB "per capita" (2008)	US\$ 3.571
Moeda	Dólar da Namíbia

Elaborado pelo MREDP/PRD/C - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da The Economist Intelligence Unit, Country Report January 2008.

Figura 9 – Dados básicos da República da Namíbia

2.3 República da Índia

A República da Índia é um país da Ásia meridional, sétimo maior país em área geográfica e o segundo país mais populoso do mundo. Trata-se de uma sociedade pluralista, multilíngue e multiétnica que conquistou a sua independência em 1947.

É válido destacar que, desde a sua independência, a Índia mantém relações cordiais com a maioria dos países do mundo. É atualmente governado pela Smt. Pratibha Devisingh Patil.

A Índia registrou grande crescimento econômico após 1991, quando seu governo abandonou políticas socialistas e deu início a um processo de liberalização da economia, que envolveu o incentivo ao investimento estrangeiro, a redução das

barreiras tarifárias, a modernização do setor financeiro e ajustes nas políticas fiscal e monetária. Como resultado, obteve um crescimento econômico mais elevado.

VELASCO (2005)¹³ ressalta o caráter pragmático assumido pelas reformas implementadas na Índia, uma vez que as mesmas foram realizadas de forma gradual, flexível e em conformidade com os interesses do país. Apesar de expressiva redução, a Índia mantém altos níveis de proteção tarifária, comparativamente, e as barreiras não tarifárias continuam a valer para a importação de bens de consumo e produtos agrícolas. Ademais, as reformas indianas destacam-se pelo descompromisso com fórmulas pré-fabricadas – a Índia não apóia a independência do Banco Central; não há eliminação total dos controles de capitais; permanece a forte participação estatal no setor bancário; e, ao invés de grandes programas de privatização, o Estado procurou reestruturar o setor produtivo estatal mediante uma política cautelosa de desinvestimento (venda de participações sem transferência de controle sobre as empresas).

A economia indiana vem apresentando, nas últimas décadas, acentuado desempenho macroeconômico, caracterizado por elevadas taxas de crescimento do PIB (conforme figuras abaixo), baixa inflação e crescimento expressivo das exportações de bens e serviços, especialmente serviços relacionados à tecnologia da informação.

Segundo informações disponíveis no portal da ENAP¹⁴ do governo federal brasileiro, a Índia, além de ser auto-suficiente em produção agrícola, já é o décimo país industrializado no mundo e a sexta nação que foi ao espaço.

Trata-se de um país de grandes dimensões e rico em contrastes. Ao lado do recente destaque pelos altos níveis de crescimento observados, está o que podemos chamar de uma “dívida social” elevada: pobreza rural, analfabetismo, sistema de castas, entre outros. Ao lado de uma grande parcela da população que vive abaixo da linha de pobreza, emerge um país que se tornou um importante centro mundial de serviços relacionados à tecnologia da informação.

Segundo dados do Ministério de Relações Exteriores (MRE), a Índia possui PIB de US\$ 1.206 bilhão (2009). O comércio entre Brasil e Índia foi de mais de US\$

¹³ Ver “Crescimento econômico em economias emergentes selecionadas: Brasil, Rússia, Índia, China (BRIC) e África do Sul”, 2009

¹⁴ Escola Nacional de Administração Pública

5.6 bilhões em 2009, com saldo de US\$ 1.22 bilhão em favor do Brasil. Nesse ano, o Brasil exportou para a Índia US\$ 3.41 bilhões e importou desse país US\$ 2.2 bilhões.

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	República da Índia
Superfície	3.287.263 Km²
Localização	Ásia
Capital	Nova Delhi
Principais cidades	Mumbai, Calcutá, Nova Delhi, Madras, Bangalore, Hyderabad, Ahmedabad
Idiomas	Hindu e inglês
PIB a preços correntes (2009: Estimativa EIU)	US\$ 1.279 bilhões
PIB "per capita" (2009)	US\$ 1.097
Moeda	Rúpia indiana

Elaborado pelo MFED/PRD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report January 2010.

Figura 10 – Dados básicos da República da Índia

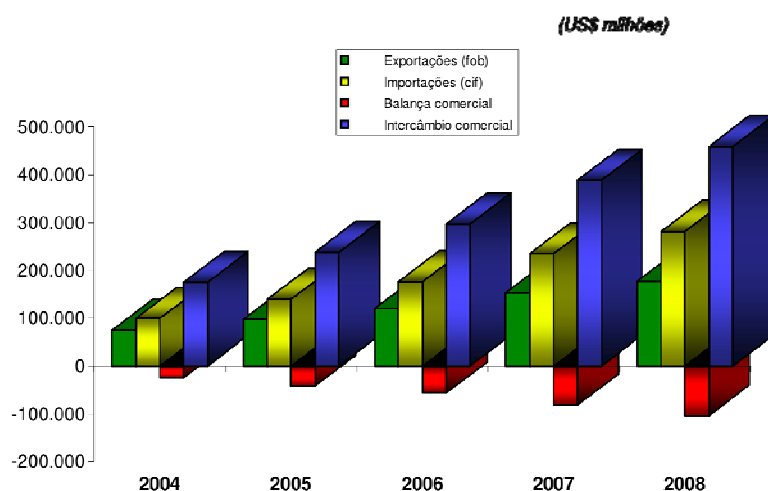
INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2005	2006	2007	2008	2009 ⁽¹⁾
População (em milhões de habitantes) ⁽²⁾	1.094	1.112	1.130	1.148	1.166
Densidade demográfica (hab/Km ²)	332,7	338,2	343,7	349,2	354,7
PIB a preços correntes (US\$ bilhões)	810	924	1.134	1.203	1.279
Crescimento real do PIB (%)	9,2	9,7	9,1	6,1	6,5
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	4,2	6,2	6,4	8,3	10,5
Reservas internacionais (US\$ bilhões)	138	178	274	254	284
Dívida Externa Total (US\$ bilhões) ⁽²⁾	123	176	221	232	224
Câmbio (Rs / US\$)	44,10	45,31	41,35	43,51	48,40

Elaborado pelo MFED/PRD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report January 2010.

(1) Estimativa EIU.

(2) MDC: estimativa EIU.

Figura 11 – Indicadores socioeconômicos da Índia (2005 – 2009)



Elaborado pelo MFED/PRD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do Fitt - Direction of Trade Statistics, CD December 2008.

Figura 12 – Comércio exterior da Índia (2004 – 2008)

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ÍNDIA ⁽¹⁾ (US\$ mil, fob)	2005	2006	2007	2008	2009
Exportações	1.137.930	938.889	957.854	1.102.342	3.415.040
Varição em relação ao ano anterior	74,4%	-17,5%	2,0%	15,1%	208,8%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia ⁽²⁾	6,1%	4,5%	3,8%	2,9%	8,7%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	1,0%	0,7%	0,6%	0,6%	2,2%
Importações	1.201.914	1.473.952	2.169.274	3.564.304	2.190.899
Varição em relação ao ano anterior	116,1%	22,6%	47,2%	64,3%	-38,5%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia ⁽²⁾	7,1%	6,4%	7,1%	7,6%	6,1%
Part. (%) no total das importações brasileiras	1,6%	1,6%	1,8%	2,1%	1,7%
Intercâmbio comercial	2.339.844	2.412.841	3.127.128	4.666.646	5.605.939
Varição em relação ao ano anterior	93,6%	3,1%	29,6%	49,2%	20,1%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia ⁽²⁾	6,6%	5,5%	5,6%	5,5%	7,4%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	1,2%	1,1%	1,1%	1,3%	2,0%
Balança comercial	-63.984	-535.063	-1.211.420	-2.461.962	1.224.141

Elaborado pelo IUPERJ/INIC - Dados de Intercâmbio Comercial, com base em dados do SEAC/SECEX/Brasília.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e observadas podem ser explicadas por erros de bases estatísticas e também por diferentes metodologias de apuração.

(2) Dados do Ministério da Indústria.

Figura 13 – Intercâmbio comercial Brasil – Índia (2005 – 2009)

3 Histórico das iniciativas: MERCOSUL – Índia, MERCOSUL – SACU, reunião trilateral MERCOSUL – Índia – SACU

Essa seção abordará o histórico de relacionamento entre o MERCOSUL com a Índia e a União Aduaneira da África Austral. De forma sucinta serão expostos também dados referentes ao comércio entre os membros, datas importantes no processo de assinatura dos acordos e a situação atual destes.

3.1 MERCOSUL – SACU

Segundo informações do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), as negociações para um acordo comercial entre MERCOSUL e África do Sul iniciaram-se em dezembro de 2000, por meio da assinatura de um “Acordo-Quadro”. Em junho de 2003, em virtude da reestruturação do bloco africano, as negociações foram ampliadas para incluir os demais países da SACU e passaram a ser entre blocos (MERCOSUL – SACU). O objetivo dessas negociações é o estabelecimento de uma área de livre comércio entre o MERCOSUL e a SACU. Como passo intermediário, decidiu-se negociar um acordo de preferências tarifárias fixas – ou Acordo de Comércio Preferencial (ACP).

O Acordo é composto por um Texto Base, com cinco Anexos. O Texto Base dispõe sobre os direitos e obrigações gerais das partes sobre os principais temas de comércio. Dentre os dispositivos desse instrumento, cabe mencionar Regras de Origem, Valoração Aduaneira, Medidas de Salvaguarda, Medidas Antidumping, Barreiras Técnicas ao Comércio e Medidas Sanitárias e Fitossanitárias. O Anexo I contém a lista de produtos com margens de preferências tarifárias ofertadas pelo MERCOSUL à SACU. O Anexo II relaciona os produtos concedidos pela SACU ao MERCOSUL, com as preferências correspondentes. Em ambos, as margens de preferência variam entre 10, 25, 50 e 100%. O Anexo III do Acordo versa especificamente sobre Regras de Origem, incluindo Apêndice (ainda em negociação)

sobre as regras específicas a serem aplicadas no comércio entre as Partes. O Anexo IV dispõe sobre Medidas de Salvaguarda para o comércio preferencial e o Anexo V estabelece as regras para mecanismo de Solução de Controvérsias para as disciplinas do Acordo. Segundo informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior brasileiro (MDIC), a SACU pretendia ir diretamente para um acordo de livre comércio, mas concordou em iniciar com um acordo de preferências fixas.

Durante a XXXVI Reunião do CMC (Conselho do Mercado Comum), na Costa do Sauípe, em 15 de dezembro de 2008, os Chanceleres do MERCOSUL assinaram o texto do Acordo de Comércio Preferencial, na presença de um representante do Secretariado da SACU. No dia 3 de abril de 2009, em reunião do Conselho de Ministros da SACU, realizada em Maseru, no Lesoto, os membros do bloco africano assinaram o documento na presença de representantes do MERCOSUL.

Entre os cerca de 950 itens incluídos no acordo estão 150 do setor de alimentos (principalmente processados) e mais de 200 itens do setor de máquinas, aparelhos e materiais elétricos. Em breve, o Acordo será enviado ao Congresso Nacional. O setor automotivo está completamente excluído por causa da defensiva da SACU.

O ACP MERCOSUL – SACU é o terceiro acordo comercial extra-regional assinado pelo MERCOSUL, após o ACP MERCOSUL – Índia (2004) e o acordo de livre comércio (ACL) MERCOSUL – Israel (2007). De acordo com a nota à imprensa 154 de 06/04/2009 (MRE) “Na negociação do ACP com a SACU, o MERCOSUL atuou de forma coordenada com vistas a obter condições de acesso ainda mais vantajosas para as economias menores do grupamento (Paraguai e Uruguai). Verifica-se assim, que a agenda extra-regional do MERCOSUL é um dos instrumentos concretos para o tratamento da questão de assimetrias do bloco”.

O PIB combinado dos países da SACU é de US\$ 303,5 bilhões (2008). A África do Sul responde por cerca de 91% do PIB e 87% da população da SACU. O PIB da África do Sul é de US\$ 282,1 bilhões (2009).

Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SECEX/MDIC), nas relações

comerciais MERCOSUL – África do Sul, o papel do Brasil é preponderante. No volume acumulado das exportações do período de 2000 a 2004, por exemplo, 0,8% das exportações da África do Sul se destinaram ao MERCOSUL, sendo que 0,6% para o Brasil. No tocante às importações, 2% no total de 2,9% provenientes de MERCOSUL, são originadas do Brasil.

A importância da SACU no comércio do MERCOSUL é pequena, apesar do grande crescimento percentual observado nos últimos anos, de acordo com dados disponibilizados pelo MRE contidos na figura (14) abaixo. No tocante às exportações do MERCOSUL para a SACU percebeu-se uma variação de 254,7% entre 2002 e 2008, uma evolução de US\$ 799 milhões para US\$ 2.834 milhões. Por outro lado, a variação entre as importações do MERCOSUL procedentes da SACU foi de 356%. Os valores subiram de US\$ 224 milhões em 2002 para US\$ 1.023 milhões em 2008.

INTERCÂMBIO COMERCIAL MERCOSUL X SACU 2002 - 2008 (US\$ MILHÕES)								
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Var. % 2002-2008
Exportações do MERCOSUL para SACU	799	758	1.070	1.912	2.459	2.830	2.834	
Variação em relação ao ano anterior (%)	3,1%	-5,1%	41,2%	78,7%	28,6%	15,1%	0,1%	254,7%
Importações do MERCOSUL procedentes da SACU	224	214	277	460	583	688	1.023	
Variação em relação ao ano anterior (%)	-46,9%	-4,5%	29,4%	66,1%	22,4%	18,7%	53,1%	356,7%
Intercâmbio comercial	1.023	972	1.347	2.372	3.022	3.498	3.857	
Variação em relação ao ano anterior (%)	-14,5%	-5,0%	38,6%	76,1%	27,4%	15,8%	10,3%	277,0%
Saldo comercial	575	544	793	1.452	1.896	2.162	1.811	n.a

Elaborado pelo MRE/DEPEMEX - Divisão de Interação Comercial, com base em dados do SINGULAT/PRODUPAC. (a) Não aplicável.

Figura 14 – Intercâmbio comercial MERCOSUL – SACU (2002 – 2008)

Sobre o relacionamento África x Brasil é relevante mencionar seu histórico. Como consequência da perspectiva de Cooperação Sul-Sul, a política externa brasileira, nas décadas de sessenta e setenta, tinha-se aproximado bastante do continente africano, por meio da chamada “política africana”. Todavia, em virtude das crises econômicas dos anos 1980 e do novo perfil econômico-comercial brasileiro, com a disposição de abertura de mercados, a implementação de ajustes estruturais e a reforma do Estado, percebe-se um claro distanciamento do continente africano, com retração na importância que se dedicava a este relacionamento.

Conforme SARAIVA (2004)¹⁵, a retomada do interesse político na África é percebida no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. É possível notar, com esse movimento, uma política externa de associação anti-hegemônica, articulada ao Sul, caracterizada por diversos analistas como desprovida de passionais ou ideologismos, mas com interesses e valores comuns que precisam ser tratados no plano prático.

É muito importante o movimento do MERCOSUL no sentido de efetuar acordo comercial com a União Aduaneira da África Austral (SACU, sigla em inglês). Trata-se de uma relevante medida com o intuito de retomar o fluxo de comércio Sul-Sul. Apesar de, atualmente, os valores transacionados sejam relativamente modestos, a importância política do movimento é bastante pertinente.

3.2 MERCOSUL – Índia

Segundo informações do Ministério de Relações Exteriores do Brasil (MRE), as negociações para um acordo comercial entre MERCOSUL e Índia iniciaram-se em 2003, também com assinatura de um “Acordo-Quadro”, tendo como objetivo o estabelecimento de uma área de livre comércio entre as partes. A negociação de um acordo de preferências tarifárias fixas – ou Acordo de Comércio Preferencial – é etapa intermediária para um Acordo de Livre Comércio. Em janeiro de 2004, durante visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Índia, foi firmado o texto principal do ACP MERCOSUL-Índia. Seus anexos foram assinados em março de 2005. Seu escopo abrange 450 produtos de cada lado, totalizando cerca de 900 linhas tarifárias. Os 450 itens incluídos pela Índia distribuem-se entre o setor químico (120 itens), máquinas, caldeiras e aparelhos mecânicos (90 itens), têxteis (40 itens) e peles e couros (35 itens).

O Acordo é composto por um Texto Base, com cinco Anexos. O Texto Base dispõe sobre direitos e obrigações comerciais gerais das Partes. Cabe mencionar as disciplinas sobre Regras de Origem, Valoração Aduaneira, Medidas de Salvaguarda,

¹⁵ Ver Relações Internacionais do Brasil – Temas e agendas. v.1, p. 234

Medidas Antidumping e Medidas Compensatórias, Barreiras Técnicas ao Comércio e Medidas Sanitárias e Fitossanitárias. O Anexo I contém a lista de produtos ofertados pelo MERCOSUL à Índia, com as respectivas margens de preferência. O Anexo II relaciona os produtos, com as margens de preferências tarifárias correspondentes, concedidas pela Índia ao MERCOSUL. As margens de preferências previstas no Acordo estão concentradas na faixa de 10 e 20% (para algumas linhas tarifárias, prevê-se margem de 100%). O Anexo III do Acordo estabelece as disciplinas específicas de Regras de Origem, inclusive o regime geral do Acordo. O Anexo IV dispõe sobre Medidas de Salvaguarda e o Anexo V apresenta as regras para mecanismo de Solução de Controvérsias.

O Brasil tem interesse em ampliar a quantidade de produtos cobertos pelo acordo tendo em vista que muitos produtos agrícolas de interesse brasileiro não estão contemplados na negociação.

O ACP MERCOSUL-Índia entrou em vigor em 1º de junho de 2009, tanto no plano internacional, quanto no interno¹⁶. Tem especial importância por tratar-se do primeiro acordo comercial extra-regional assinado pelo MERCOSUL a entrar em vigor.

Em 23 de novembro de 2009, realizou-se, em Montevideu, a I Reunião do Comitê de Administração Conjunta do ACP MERCOSUL-Índia, em que se confirmou a vontade das partes de aprofundar o ACP. Está previsto pelo menos um encontro por ano do Comitê de Administração do Acordo. Segundo informações do MRE, a segunda Reunião do Comitê deve ocorrer na Índia, em maio de 2010.

A Índia é um parceiro com pequena participação no comércio brasileiro. No ano de 2004, as exportações para a Índia representaram 0,7% das exportações totais brasileiras e foi o 28º principal mercado de destino. Nas importações, o país foi o 25º mercado de compras com um percentual de 1%, conforme dados da UNCTAD¹⁷. O saldo da balança comercial foi favorável ao Brasil, em 2003 e 2004, por exemplo.

Sobre intercâmbio comercial, assim como também mencionado em relação à SACU, importância da Índia no comércio do MERCOSUL é pequena, apesar do grande crescimento percentual observado nos últimos anos, de acordo com dados

¹⁶ Conforme Decreto 6864 de 29 de maio de 2009, publicado no Diário Oficial da União de 1º de junho de 2009, Seção 1, páginas 5 a 21

¹⁷ Ver PEREIRA (2005)

disponibilizados pelo MRE contidos na figura abaixo (15). Todavia, é válido ressaltar que, em termos intercâmbio comercial total entre 2002 e 2008, os valores MERCOSUL – Índia superam os valores MERCOSUL – SACU. Um detalhe fica para o saldo comercial MERCOSUL – Índia em 2008, com resultado negativo, uma vez que as importações efetuadas pelo MERCOSUL superam as exportações destinadas à Índia neste ano.

No que concerne às exportações do MERCOSUL para a Índia percebeu-se uma variação de 194,5% entre 2002 e 2008, uma evolução de US\$ 1.006 milhões para US\$ 2.963 milhões. Por outro lado, a variação entre as importações do MERCOSUL procedentes da Índia foi de 406,7%. O valores subiram de US\$ 889 milhões em 2002 para US\$ 4.505 milhões em 2008.

Apesar de indicações do potencial de comércio a ser explorado entre a Índia e o MERCOSUL, as listas de ofertas trocadas no início de 2005 são bastante modestas. O número de produtos beneficiados é reduzido e com pequenas margens de preferências. Assim, o incremento no comércio bilateral decorrente dessas concessões recíprocas não será significativo num primeiro momento.

INTERCÂMBIO COMERCIAL MERCOSUL X ÍNDIA 2002 - 2008 e 2009 (janeiro-março) (US\$ MILHÕES)									
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 (jan-mar)	Var. % 2002-2008
Exportações	1.006	1.285	1.487	2.338	2.765	2.812	2.963	667	
Variação em relação ao ano anterior (%)	18,8%	27,7%	15,7%	57,2%	18,3%	1,7%	5,4%	n.d.	194,5%
Importações	889	925	1.100	1.318	1.520	2.297	4.505	2.821	
Variação em relação ao ano anterior (%)	-28,5%	4,0%	18,9%	19,8%	15,9%	44,4%	104,1%	n.d.	406,7%
Intercâmbio comercial	1.895	2.210	2.587	3.656	4.293	5.019	7.468	929	
Variação em relação ao ano anterior (%)	-9,4%	16,6%	17,1%	41,3%	17,4%	16,9%	48,8%	n.d.	294,1%
Saldo comercial	117	360	387	1.020	1.237	605	-1.542	405	n.s.

Elaborado pelo MERCOPROZ - Divisão de Intercâmbio Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, 20 September 2009.
(n.d.) Dado não disponível.
(n.s.) Não aplicável.

Figura 15 – Intercâmbio comercial MERCOSUL – Índia (2002 – 2008, jan-mar 2009)

3.3 A Reunião Ministerial Trilateral MERCOSUL – Índia – SACU

Será transcrito abaixo o comunicado do Ministério das Relações Exteriores (MRE) sobre a primeira reunião ministerial trilateral MERCOSUL – Índia – SACU.

“Os Ministros da República da Índia e dos Estados Membros do MERCOSUL e da SACU reuniram-se em Genebra, no dia 30 de novembro de 2009, para a primeira Reunião Ministerial Trilateral Índia – MERCOSUL – SACU. Nesse sentido, os Ministros: 1) Recordaram as reuniões trilaterais técnicas realizadas em Pretória, em outubro de 2007, e em Buenos Aires, em abril de 2008; 2) Salientaram que a crescente cooperação entre Índia, MERCOSUL e SACU contribuirá para incrementar as relações entre estas três importantes regiões do mundo em desenvolvimento; 3) Expressaram satisfação com a entrada em vigor do Acordo de Comércio Preferencial entre o MERCOSUL e a Índia, assim como com a conclusão do Acordo de Comércio Preferencial entre MERCOSUL e SACU. Saudaram igualmente as negociações comerciais em curso entre Índia e SACU; 4) Observaram que estas três negociações poderão formar a base para o futuro progresso em direção ao Entendimento Comercial Trilateral Índia – MERCOSUL – SACU; 5) Instruíram seus negociadores a conduzir trabalhos técnicos, inclusive estudos, para explorar possíveis alternativas para o almejado Entendimento Comercial Trilateral, capazes de construir complementaridades entre os membros participantes, dando o devido reconhecimento, inter alia, às assimetrias nos níveis de desenvolvimento de todos os membros participantes e à presença de um país de menor desenvolvimento relativo entre os membros da SACU; 6) Expressaram a opinião de que um comércio internacional expandido e mutuamente benéfico é parte integral das soluções para a atual situação econômica mundial e assinalaram que a comunidade internacional deve perseguir a exitosa conclusão da Rodada Doha até 2010, de acordo com a dimensão de desenvolvimento do seu mandato, baseada no progresso já alcançado, inclusive no que se refere a modalidades”.

Segundo nota à imprensa elaborada pelo MRE à época, a iniciativa da reunião se insere no contexto do adensamento das relações comerciais Sul-Sul e tem por objetivo fomentar novas oportunidades comerciais entre os países participantes,

contribuindo para o desenvolvimento das três regiões.

De acordo com o informe MERCOSUL número 13, publicado pelo BID INTAL, em agosto de 2005 foi realizada a primeira reunião entre funcionários do MERCOSUL, SACU e Índia para estudar a possibilidade de assinatura de um acordo trilateral que, por iniciativa do MERCOSUL (Brasil), seria firmado incluindo o acesso a mercados de bens e serviços e investimentos. Este acordo, em princípio de livre comércio, poderá cobrir 80% do comércio e as próximas etapas de estudo em cada país devem envolver a identificação de setores e produtos que possam compor as ofertas de acesso a mercados. Conforme opinião dos autores do informe à época de sua publicação, segundo semestre de 2007 e primeiro semestre de 2008, as dificuldades para avançar no aprofundamento dos acordos do MERCOSUL com a Índia e a África do Sul não autorizam expectativas muito otimistas para o projeto de constituição de uma área de livre comércio trilateral, que vem sendo estimulada pelos diálogos no âmbito do Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul).

A primeira reunião ministerial trilateral entre a República da Índia e os Estados Membros do MERCOSUL e SACU em 30 de novembro de 2009 ocorreu paralelamente à VII Reunião Ministerial da OMC em Genebra, Suíça. No contexto de crise financeira internacional e de esforços para a conclusão da Rodada Doha, o Ministro brasileiro de Relações Exteriores Celso Amorim proferiu o seguinte pronunciamento (transcrito de forma resumida):

“Esta Conferência Ministerial, postergada por tanto tempo, proporciona a ocasião para uma reflexão coletiva sobre a Organização. A OMC é um ativo importante, mas pode perder a relevância caso os membros não estejam preparados para investir o capital político necessário para equipá-la para a agenda do século XXI, uma agenda que estará inevitavelmente ligada ao desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões. (...) Ainda enfrentamos os efeitos de uma das mais severas contrações econômicas da história. A crise teve origem nos países ricos, mas os mais pobres estão pagando o maior preço. Apesar de as disciplinas da OMC ajudarem a prevenir a disseminação ampla do protecionismo, as ações defensivas que surgiram após a crise ainda podem transformar-se em consideráveis forças desagregadoras. A Rodada Doha foi lançada com vistas a trazer a dimensão do desenvolvimento à OMC. Ao longo dos últimos oito anos, construímos um pacote

negociador que contém potenciais benefícios para os países em desenvolvimento e para os Membros da Organização como um todo. Estamos no meio de uma crise. Uma crise de paralisia. Quanto mais tempo levamos para sair dela, maior será o impacto em termos de estagnação econômica e de perdas de postos de trabalho. Em alguns dos países mais pobres, isto significa que menos pessoas escaparão da pobreza absoluta e da fome. (...) As circunstâncias econômicas mudam, barganhas feitas no passado acabam sendo superadas por novos desdobramentos. Temos de agir coletivamente e com urgência (...) se quisermos manter o compromisso de concluir a Rodada em 2010 (...)"

4 Incentivos políticos para a aproximação e impactos esperados

4.1 Incentivos políticos

Os países não buscam a integração apenas por razões econômicas, configuradas nos ganhos tradicionais, os ganhos expressos em seus acordos. Além dos ganhos comerciais, muitas vezes, mais importantes que os ganhos econômicos, os países têm outros objetivos quando aderem a arranjos regionais.

Vários foram os incentivos políticos observados para a aproximação do MERCOSUL, Índia e SACU e consequentes avanços em negociações trilaterais e acordos de cooperação internacional e comercial entre os membros. Podemos citar o Fórum de diálogo IBAS (Índia, Brasil e África do Sul – IBSA, sigla em inglês), o foco na cooperação Sul-Sul, a formação do G20 e o destaque que países emergentes ganham no cenário internacional. De forma mais ampla não se pode deixar de mencionar a aspiração brasileira de emergir como líder na América Latina e entre os países emergentes. Nessa seção também será exposta, de forma sucinta, os impactos da crise internacional nos grupos de países estudados com o intuito de ressaltar o papel de destaque que os emergentes vem ganhando no cenário internacional.

4.1.1 O Fórum de Dialogo IBAS (Índia, Brasil, África do Sul)

No tocante ao Fórum IBAS, é pertinente destacar os trabalhos desenvolvidos pelo pesquisador Lyal White, associado ao South African Institute of International Affairs – SAIIA, cujas publicações serviram como grande referência para o desenvolvimento desta seção.

A criação do Fórum IBAS deve ser analisada dentro de um contexto de convergência e aproximação política, de afirmação dos interesses dos países em desenvolvimento e de uma tentativa de trazer maior equilíbrio às relações

internacionais.

Segundo informações oficiais do portal do Fórum¹⁸, o IBAS foi estabelecido em junho de 2003 por meio da assinatura da “Declaração de Brasília”. Seus objetivos principais podem ser resumidos em três tópicos: a aproximação dos três países em instâncias multilaterais, o desenvolvimento da cooperação comercial, científica e cultural no âmbito Sul-Sul e a democratização de esferas de tomada de decisão internacional.

As três nações têm buscado, notadamente a partir da década de 1990, incrementar seu perfil internacional a partir de características cuja similaridade, por si só, justifica a maior aproximação entre os três países: são potências intermediárias, com forte influência em suas respectivas regiões, democracias consolidadas e economias em crescimento e que, dadas as visíveis desigualdades internas, deparam-se com desafios comuns de desenvolvimento.

Diante dessa condição comum, Índia, Brasil e África do Sul possuem interesses convergentes no tocante à reforma de mecanismos de tomada de decisão no âmbito global, especialmente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e posicionam-se contrariamente à política de subsídios agrícolas imposta pelos países desenvolvidos e, como síntese das duas posturas anteriores, propugnam uma ordem internacional multipolar, estruturada a partir de maior atenção aos países em desenvolvimento e baseada no Direito internacional e na democracia.

Nas palavras de Amâncio Jorge de Oliveira, “O IBAS é um caso em que a diplomacia tenta induzir uma relação comercial, e não o contrário. Isso pode produzir resultados bons para a sociedade”¹⁹.

O Diálogo IBAS pode também ser analisado como uma proposta de "organização" entre grandes economias em desenvolvimento com o objetivo de exercerem um papel protagônico no diálogo Sul-Sul e, por consequência, no diálogo Norte-Sul.

Segundo WHITE (2009) o IBAS tem melhorado de forma significativa as relações entre Índia, Brasil e África do Sul. É uma plataforma de diálogo e intercâmbio entre os ministérios e entidades não governamentais. Mais importante

¹⁸ www.forumibsa.org

¹⁹ Professor do departamento de Ciência Política da USP. Matéria publicada na Folha de São Paulo, 13.09.2006

foi criar uma cultura comum de cooperação contrutiva. A coordenação entre os membros se faz bem evidente nas Nações Unidas, onde há uma convergência de votos 96% entre os países do IBAS e a reforma das instituições mundiais, especialmente o Conselho de Segurança. As estratégias para alcançar assentos permanentes pode variar entre os membros, mas os pedidos de reforma não.

Merece destaque o Fundo IBAS de desenvolvimento. Com uma pequena contribuição de US\$ 1 milhão por membro, pequenos projetos são implementados em algumas das regiões mais pobres do mundo. O fundo é administrado pela Organização das Nações Unidas. Três projetos já foram concluídos: um projeto de gestão de resíduos no Haiti, o desenvolvimento de um pequeno centro de agricultura em Guiné Bissau e uma clínica de saúde no Cabo Verde. Mais três iniciativas estão em vias de conclusão: um centro de aconselhamento e testes de AIDS em Burundi, um centro esportivo na Palestina e uma escola em Gaza. Afim de evitar qualquer impressão de uma nova onda de imperialismo, existe uma ligação direta entre os administradores do Fundo e os governos, operadores e agentes locais. O Fundo é um instrumento eficaz que demonstra o verdadeiro potencial do IBAS.

Durante a 6^a reunião de Ministros de Relações Exteriores dos três países, realizada em 1^o de setembro de 2009 em Brasília, foi anunciada a intenção de aumentar o comércio entre os três países para US\$ 25 bilhões até 2015. Os valores atuais, segundo Celso Amorim, Ministro brasileiro, superam US\$ 10 bilhões.²⁰

4.1.2 O G20 e a V Conferência Ministerial da OMC

É pertinente mencionar também o caso emblemático da quinta Conferência Ministerial da Organização Mundial de Comércio (OMC) ocorrida entre 10 e 14 de setembro de 2003 na cidade de Cancún, México, que, sem dúvida, representou um novo capítulo na história da organização. O G20 é um grupo de países emergentes criado no âmbito desta conferência que tem como foco de trabalho a agricultura, tema central da Agenda de Desenvolvimento Doha, e o fim do protecionismo

²⁰ Valor Econômico, 01.09.2009

praticado pelas nações desenvolvidas.

A articulação do G20 pelo Ministro de Relações Exteriores Celso Amorim representou um momento histórico de aproximação e harmonização entre as posições do Sul. Nas palavras do então Ministro da Agricultura brasileiro, Roberto Rodrigues, “Cancún foi um grito dos pobres que se recusaram a aceitar as imposições dos países ricos”. O Ministro de Comércio e Indústria da África do Sul ressaltou que “pela primeira vez na OMC, o mundo em desenvolvimento, unido, não ideologicamente, mas na defesa de interesses-chaves bem articulados, agiram em conjunto para levar adiante a sua agenda de desenvolvimento”.

A opinião do Ministro Celso Amorim é de que

“há evidências empíricas claras de que esses monumentais subsídios e obscuras barreiras não-tarifárias deprimem substancialmente os preços agrícolas globais e aumentam a pobreza nos países em desenvolvimento – o suficiente, em muitos casos, para reverter décadas de esforços desenvolvimentistas e para empurrar os já pobres para uma pobreza mais profunda. A abordagem do G20 e seu propósito de criar um *level playing field* na produção e comércio agrícolas globais encontrou ressonância não somente entre os países em desenvolvimento, mas também entre as vozes mais justas e esclarecidas da sociedade civil dos países desenvolvidos”²¹.

Podemos dizer que a Conferência de Cancún pode ter representado o momento inaugural da proposta do governo Lula de adensamento do diálogo e das parcerias Sul-Sul em busca de uma mudança da geografia comercial e política do mundo favorável aos países em desenvolvimento e aos PMDR – Países de Menor Desenvolvimento Relativo.

Apesar do papel emblemático dos países em desenvolvimento, a V Conferência Ministerial terminou sem consenso. Isso ocorreu porque de um lado, os países desenvolvidos insistiram na necessidade de aprofundar as negociações em torno dos temas de Cingapura²². Do outro lado, os países em desenvolvimento condicionaram esse aprofundamento à eliminação dos subsídios e à liberalização do comércio agrícola internacional.

²¹ Ver G20 e a OMC: textos, comunicados e documentos, p.16.

²² Os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento discordaram a respeito de 4 temas: investimento, políticas de concorrência, transparência em compras públicas e facilitação de negócios. Estes ficaram conhecidos como os "temas de Cingapura".

Apesar de toda a representatividade da Conferência, não podemos, todavia, falar em confronto bipolar entre o norte e o sul. Ainda é possível notar que os interesses entre os pequenos países menos desenvolvidos e os grandes agroexportadores não são idênticos. O que ocorreu em Cancún foi que a intransigência dos mais ricos e desenvolvidos abriu uma janela de união entre os países do Sul, o que permitiu ignorar momentaneamente as diferenças. Isso não quer dizer que a postura dos países do Hemisfério Sul não foi comemorável e elogiável.

4.1.3 O G4 e a busca pela reforma no Conselho de Segurança das Nações Unidas

É pertinente mencionar ainda o grupo G4, formado por Brasil, Índia, Alemanha e Japão, mais uma associação da qual fazem parte Brasil e Índia. Estes países pleiteiam a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). O CSNU foi criado em 1946 para ser o principal guardião da paz mundial. O órgão é composto por quinze membros, dos quais cinco são permanentes e outros dez são eleitos a cada dois anos pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Atualmente, os cinco membros permanentes são: Estados Unidos da América, Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte, França, Rússia e República Popular da China. Para que uma resolução seja aprovada no CSNU, ela não pode receber o voto contrário de nenhum dos membros permanentes, o que lhes confere o poder efetivo de “vetar” as resoluções. O principal argumento para a reforma é que a ONU não pode continuar com um Conselho representado pelos interesses geopolíticos da Segunda Guerra Mundial sem levar em consideração todas as mudanças que ocorreram no mundo. A manutenção do atual modelo, gera, na visão do grupo que pleiteia a reforma, perda de representatividade da organização.

A reforma é considerada fundamental para aproveitar a janela de oportunidades aberta pela reformulação em curso das relações internacionais de poder. A necessidade de reforma da ONU e da participação do Brasil, de forma permanente, em uma nova versão do Conselho de Segurança da entidade – tornado

mais representativo pela presença de representantes das diversas regiões do planeta e também dos países em desenvolvimento – tornou-se um dos objetivos principais da política externa brasileira.

Sobre o tema, Antônio Carlos Lessa, coordenador da Rede Brasileira de Relações Internacionais (Relnet), acrescenta um aspecto relevante à postura brasileira. O acadêmico faz oposição à maneira como o Brasil segue pleiteando uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU: “A pretensão brasileira, até o momento, não contou com amplo debate público, que deveria preceder a vocalização de projeto de tal envergadura”²³.

No tocante a reforma em instituições com poder decisório no cenário internacional, é importante citar que o Brasil também pleiteia uma reforma no Fundo Monetário Internacional (FMI) de modo que a participação brasileira na entidade seja proporcional a participação brasileira na economia mundial. Esta reforma se estenderia também às participações de nações emergentes. Existem diálogos que apontam para um início de reforma a partir de 2011.

4.1.4 Os BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China)

O termo BRIC é usado para designar o grupo formado por Brasil, Rússia, Índia e China. A expressão foi originada no início dos anos 2000, após a publicação de um artigo de autoria do economista Jim O’Neill do grupo financeiro Goldman Sachs. De acordo com o artigo, o conjunto de economias dos BRICs, uma vez que os países estão em rápido desenvolvimento, pode se tornar o conjunto das economias dos países mais ricos do mundo em 2050.

Dois membros do BRIC (Rússia e China) são integrantes do Conselho de Segurança das Nações Unidas e os outros dois, Brasil e Índia, integram o G4, grupo que pleiteia reforma do CSNU e buscam assentos permanentes no Conselho.

Em julho de 2009, um relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) por meio da "Pesquisa sobre Perspectivas

²³ Artigo publicado no portal da FLACSO – Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (2003)

para o Investimento Mundial 2009-2010” publicado em Genebra, revelou que o Brasil está entre os cinco países mais atrativos para investimentos estrangeiros diretos (IED).

O Relatório da UNCTAD afirma que os países mais interessantes na opinião dos investidores foram China, Estados Unidos, Índia, Brasil e Rússia.²⁴ Mais uma vez Índia e Brasil mencionados como exemplo de destaque no cenário internacional.

É importante mencionar que os BRICs são um agrupamento de países que conquistou a atenção mundo em virtude de expressivas taxas de crescimento e que, de fato, tem peso econômico para pressionar por uma reestruturação da arquitetura financeira global. Entretanto, ainda não existe um consenso/grau de integração equivalente a um Fórum de diálogo IBAS, por exemplo.

Em matéria publicada no *Le Monde Diplomatique* de outubro de 2008, importante periódico de relações internacionais, faz-se menção sobre a inclusão no Brasil na seleta lista dos grandes emergentes (no caso os BRICs) e são listados alguns argumentos que explicam o porquê do destaque brasileiro:

- 1) o Brasil é um poder “ocidental”, cujo alinhamento com os valores ocidentais não geram dúvidas ou temores;
- 2) o país possui um perfil de liderança pelo exemplo e pelo respeito, já que não possui capacidade militar ofensiva relevante;
- 3) é uma potência ambiental que possui enormes recursos naturais e grande possibilidade de desenvolvimento agrícola;
- 4) tem uma política externa universal e com influência nos fóruns internacionais – vide G-20;
- 5) não enfrenta problemas religiosos e/ou de minorias étnicas e conflitos separatistas (como a Rússia / chechenos, China / Tibete e Xinjiang e Índia / Caxemira); e, por fim,
- 6) o regime democrático brasileiro está consolidado.

²⁴ ver www.unmultimedia.org/radio/portuguese

4.1.5 A crise financeira internacional e o desempenho dos emergentes

A eclosão de uma grave crise financeira no coração dos países desenvolvidos aumentou a incerteza sobre a solidez e a continuidade dos fatores que vinham dinamizando o crescimento e o comércio mundial (em especial) desde 2003. Num primeiro momento, a turbulência afetou apenas alguns segmentos do mercado hipotecário dos Estados Unidos depois que a bolha imobiliária estourou em 2007. Entretanto, a crise se expandiu até se tornar uma ameaça sistêmica, travando mercados chaves de crédito, aumentando a volatilidade das bolsas de valores e do câmbio, e gerando tendências tanto inflacionárias quanto de retração da economia²⁵. É importante ressaltar que, embora a profundidade da crise seja inédita nos tempos atuais, a repercussão foi fraca no crescimento mundial. Dois fatores em especial explicam essa afirmação: até meados de 2008 as economias emergentes, entre elas as do MERCOSUL, mantiveram ritmos de expansão fortes enquanto o peso da desaceleração recaía sobre as economias desenvolvidas; paralelamente, as autoridades dos países em desenvolvimento implementaram um conjunto de medidas para conter as tendências recessivas e deflacionárias.

Como ponto de destaque, embora não deixe de ser motivo de atenção das autoridades econômicas dos países do MERCOSUL, vale ressaltar que a posição patrimonial das respectivas instituições financeiras esteve menos exposta aos ativos denominados “tóxicos” que afetaram as finanças globais.

Segundo Pascal Lamy, diretor geral da OMC, os emergentes foram os países mais bem conduzidos durante a crise econômica global evidenciada após a quebra do banco americano Lehman Brothers em setembro de 2008.

Se comparada às crises financeiras anteriores, como a dos anos 1990, esta apresenta uma peculiaridade interessante: ao invés de ter sido iniciada em países emergentes ou em desenvolvimento, mais propensos, teoricamente, a desajustes macroeconômicos, foi originada no coração das economias desenvolvidas.

É impossível negar que houve impactos nas economias emergentes, todavia, esses impactos foram mais discretos. Desde o final da década de 1990, quando a

²⁵ Relatório BID/INTAL p.18

última crise mundial afetou de forma mais intensa a Ásia, as práticas das nações em desenvolvimento estiveram focadas ao aproveitamento da conjuntura econômica favorável do início dos anos 2000 com um grau de responsabilidade maior que o dos períodos anteriores²⁶. O diferencial foi a postura acertada desses países em canalizar os lucros do comércio internacional para os setores de infra-estrutura, de tecnologia e de investimento (que possibilitariam níveis de crescimento destacados) e reservar parte destes ganhos para estabilizar balanças de pagamento e reservas internacionais – que poderiam se mostrar estratégicas em cenários turbulentos futuros.

Os principais impactos na economia africana no cenário da crise relacionam-se à queda do preço do petróleo, à queda nas importações de minérios e a grande onda de demissões que afetou todo o mundo. Mesmo com esses agravantes, a variação do PIB na África do Sul em 2009 apresentou um resultado mais confortável em comparação a uma série de países desenvolvidos, conforme figura 16. É importante lembrar que a África do Sul possui uma economia mais sólida e níveis de desenvolvimento mais acentuados em relação aos demais países africanos. Se analisarmos o continente como um todo, é possível afirmar que a África provavelmente será a região mais afetada pela crise financeira mundial²⁷, embora seja a região menos integrada na economia e nos sistemas financeiros globais. De acordo com a vice-presidente do Banco Mundial para a região da África, Dra. Obiagell Ezekwesili, uma grave queda em quatro áreas geradoras de receitas evidencia o impacto da crise na África: fluxos de capital privado, remessas, ajuda externa e preço de matérias primas. Muitos dos países mais afetados pela crise representam os que mais ofereciam ajuda externa ao continente. Muitos africanos que trabalhavam no exterior não poderão continuar remetendo recursos para seus países de origem na mesma proporção. Teme-se que os avanços conquistados na última década, nos vários setores (econômicos e sociais), sejam duramente afetados e descontinuados. Alguns países, como Angola, por exemplo, tem 90% da sua economia dependente do petróleo. A queda do preço do barril tem provocado queda acentuada nas receitas e aumento da dívida pública do país.

Índia e Brasil apresentam similaridades a respeito da situação mais confortável que possuíam para enfrentar a crise: estabilidade das contas

²⁶ Ver TORRES (2008)

²⁷ matéria publicada no portal do Banco Mundial em 23.04.2009

governamentais e do sistema bancário. Nesses dois países a situação é mais confortável em comparação ao continente africano.

De acordo com Jim O'Neill, economista chefe do banco Goldman Sachs, autor do conceito dos BRICs²⁸, a crise econômica pode até acelerar a ascensão destes países. Em 2020, a previsão, segundo o economista, é de que Brasil, Rússia, Índia e China já ocuparão um lugar de destaque entre as potências mundiais.

Na opinião do técnico, até 2020 a grande massa de consumo do mundo estará nas economias dos BRICs. Numa escala de maior para menor impacto sofrido com a crise, posicionam-se Rússia (a que sofrerá mais), Brasil, Índia e China. Brasil e Rússia têm em comum o fato de serem produtores de commodities. Essa previsão, divulgada em março de 2009, vai de encontro aos dados constantes na figura (16) que expõe a evolução do PIB de 25 países em 2009 (publicada pelo Banco JP Morgan). Enquanto a China teve variação positiva de 8,7%, a Rússia teve um declínio percentual de -7,9%.

Sobre o Brasil, uma opinião do economista que merece atenção é o fato dele insinuar que o Governo deve dar mais liberdade ao setor privado. Quando questionado sobre a necessidade de reformas internas para chegar a 2020 no patamar de destaque previsto, ele comentou que no Brasil “provavelmente o que tem que fazer é tirar o governo do caminho de deixar o setor privado fazer mais”. Esta opinião vai na contramão da atuação do governo e da sua aposta de sucessão. Entende-se, na opinião da autora do presente trabalho, que os grandes avanços em política externa e relações internacionais, além em áreas internas (econômica, social, etc.) deram-se em função da atuação forte do governo; todavia, essa questão não é objeto de aprofundamento deste trabalho.

A demonstração de casos de estabilidade como o dos BRICs apontam para um grau de importância inédito das economias emergentes para o conjunto da economia mundial.

²⁸ Entrevista à BBC Brasil em 30.03.2009

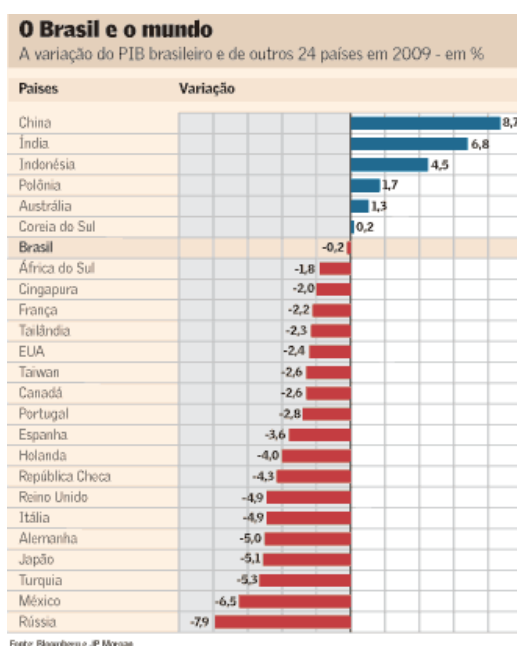


Figura 16 – Variação do PIB brasileiro e de outros 24 países em 2009

4.1 Impactos comerciais esperados

Segundo RIOS (2006), diante das dificuldades para avançar nas negociações regionais com os países desenvolvidos, os acordos no eixo Sul-Sul passam a ser apresentados como uma alternativa aos entendimentos com os países do Norte. Diante do argumento de que o dinamismo no comércio internacional tem hoje o foco nos países em desenvolvimento e que as relações comerciais com os países desenvolvidos já estão maduras, novas frentes de negociação tem sido lançadas.

KUME (2005) aponta que os acordos comerciais recentemente assinados pelo o MERCOSUL com a SACU e a Índia e a proposta brasileira de reativar o sistema geral de preferências entre os países em desenvolvimento inserem-se num novo enfoque de política comercial. Além disso, o acordo com a Índia reveste-se de especial importância, na medida em que ela e o Brasil têm assumido no G-20 um papel relevante em defesa dos interesses dos países em desenvolvimento.

O autor ressalta ainda duas questões adicionais: em um acordo “Sul-Sul”, os custos de ajustamento de uma liberalização parcial podem ser maiores que em um

acordo “Norte-Sul” em virtude da forte competição em setores intensivos em trabalho, tais como calçados e têxtil e vestuário. Adicionalmente, os acordos “Sul-Sul” incorporam maiores possibilidades de desvio de comércio, já que envolvem países com vantagens comparativas medianas no mercado internacional.

Conforme apontado por WHITE (2009), o comércio entre os três membros do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) evoluiu de US\$ 3.9 bilhões em 2003 para mais de US\$ 10 bilhões em 2008. Todavia, se compararmos esses números com o volume de comércio entre Brasil e China (país também considerado emergente) em 2008, US\$ 43 bilhões, as cifras ainda são pequenas.

Volumes de comércio expostos nas seções anteriores do presente trabalho também evidenciaram que o volume comercial entre os blocos e países estudados é pequeno. É visível que, atualmente, no tocante a valores transacionados, os países desenvolvidos são os principais parceiros do MERCOSUL e do Brasil.

Os acordos MERCOSUL – SACU e MERCOSUL – Índia negociaram margens de preferências fixas e configuram-se como uma primeira etapa para um futuro acordo de livre comércio. O escopo dos acordos é pequeno e as negociações se concentraram nos produtos que, de forma geral, já explicam as principais importações (os países já revelariam vantagens comparativas). É importante mencionar também que os acordos MERCOSUL – SACU e MERCOSUL – Índia dão baixa atenção à questão agrícola, onde o Brasil é extremamente competitivo.

Todavia, o que se pretende evidenciar no presente trabalho é a importância política, sobretudo para o Brasil, das movimentações em prol dos acordos em questão. A aproximação contínua entre os emergentes aumenta cada vez mais o seus respectivos poderes de barganha nas principais questões internacionais. Cada país estudado tem em sua agenda externa maior desejo de inserção no comércio e no cenário político mundial, seja por meio de pleitos de reformas de instituições decisórias como FMI e ONU, seja pela formação de grupos que buscam liberalização agrícola, como o G20. A questão agrícola é extremamente delicada, cada país tem suas particularidades e nem sempre é possível chegar a um consenso, todavia, um primeiro passo já foi dado; os acordos de comércio estão firmados e, teoricamente (vale frisar), é mais simples promover a inclusão de alguns produtos num acordo do que constituir um acordo em si.

As aproximações no intuito de constituir um entendimento trilateral são recentes; a primeira reunião ministerial trilateral MERCOSUL – Índia – SACU, no sentido a firmar um novo acordo que contemple os três membros, aconteceu há pouco tempo, em 30 de novembro de 2009. Não foi possível constatar incremento de comércio em virtude apenas da intenção em celebrar acordos de comércio preferencial.

Foram coletados dados sobre o intercâmbio MERCOSUL – SACU e MERCOSUL – Índia (cujos acordos encontram-se num estágio mais avançado) e comparados com um parceiro tradicional de comércio do MERCOSUL, a União Européia. O que se pode constatar é que os valores transacionado com a UE superam em muito os valores dos parceiros Índia e SACU. A figura 17 expõe o intercâmbio comercial MERCOSUL – UE. Se comparados aos valores expostos nas figuras 14 e 15 (intercâmbio MERCOSUL – SACU e MERCOSUL – Índia, respectivamente), é expressiva a diferença da contribuição da UE no comércio exterior brasileiro. Enquanto o intercâmbio comercial total entre MERCOSUL e UE, em 2008, atingiu US\$ 122.07, os valores transacionados com SACU e Índia, no mesmo período, foram US\$ 3.857 e US\$ 7.468, respectivamente.

INTERCÂMBIO COMERCIAL MERCOSUL X UNIÃO EUROPÉIA 2002 - 2008 e 2009 (janeiro-março) (US\$ MILHÕES)									
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 (jan-mar)	Var. % 2002-2008
Exportações	19.630	23.715	29.695	32.554	40.142	51.688	62.209	9.968	
Variação em relação ao ano anterior (%)	3,9%	20,8%	25,2%	9,6%	23,3%	28,8%	20,4%	n.d.	216,9%
Importações	16.943	17.009	21.727	24.724	28.945	36.124	38.083	8.328	
Variação em relação ao ano anterior (%)	-23,2%	0,9%	27,1%	13,8%	19,5%	29,0%	57,0%	n.d.	233,3%
Intercâmbio comercial	36.573	40.805	51.422	57.278	69.687	89.812	122.072	18.294	
Variação em relação ao ano anterior (%)	-10,7%	11,6%	26,0%	11,4%	21,7%	28,9%	35,9%	n.d.	233,8%
Saldo comercial	2.687	6.625	7.968	7.830	10.597	13.564	2.346	1.642	n.d.

Elaborado pelo MRE/EXPROGEC - Divisão de Intercâmbio Comercial, com base em dados do FMI, Directorate of Trade Statistics, 22 September 2009.
(usd) Dados não ajustados.
(usd) Não especificado.

Figura 17 – Intercâmbio comercial MERCOSUL – UE (2002 – 2008, jan-mar 2009)

4.2 Impactos para o Brasil

Segundo SANTOS (2005), a identidade internacional do Brasil, ainda que

tenha fortes elementos de permanência, está continuamente sendo reconstruída e reinventada. Esse processo constante de redefinição não é estranho a nenhuma nação.

No sistema internacional, como no plano da política interna, as identidades são construídas e evoluem dentro do espaço de relações e diferenças específicos de cada momento histórico. A identidade internacional do Brasil, em cada momento, se faz a partir de um conjunto extremamente amplo de variáveis e características: um país pacífico, que respeita o direito internacional, que busca o desenvolvimento, um país de Terceiro Mundo, ocidental, cristão, subdesenvolvido, americano, ibero-americano, latino-americano, sul-americano, etc. São muitas as variáveis que compõem a identidade brasileira. No entanto, a diplomacia brasileira vem, recentemente, dando grande ênfase ao caráter sul americano do país. E a partir da ênfase, quer imprimir sua marca no mundo.

O governo Lula esteve, desde o início, comprometido com a idéia de mudanças na ordem internacional. O ponto de partida para uma nova inserção do Brasil no cenário internacional é a América do Sul – consolidada a partir do MERCOSUL. Respalado nesse novo conceito, o Brasil começou a buscar parcerias com países similares como África do Sul e Índia.

Segundo FERNANDES (2009)²⁹, a diplomacia do atual governo viabilizou a adesão do país aos princípios e às normas internacionais multilaterais via alianças Sul-Sul, as quais reduziriam as assimetrias nas relações externas com países mais poderosos. Nessa ótica, o governo do presidente Lula optou por resgatar e viabilizar o multilateralismo como princípio ordenador da política internacional. Todavia, compreendido como um movimento amplo em busca da desconcentração e regulação de poder na sociedade internacional.

Os desdobramentos práticos dessa escolha política estão consubstanciados na formação do IBAS – Fórum de diálogo Índia, Brasil e África do Sul; na criação do G-20 – grupo de países em desenvolvimento (liderados pelo Brasil) criado na fase final da preparação da V Conferência Ministerial da OMC; na aproximação com países árabes e africanos; na participação do G-4, grupo composto por Brasil, Índia, Japão e Alemanha cujo objetivo é obter assentos permanentes no CSNU (Conselho de Segurança das Nações Unidas); a missão de paz da ONU liderada pelo Brasil no

²⁹ Revista Conjuntura Econômica, 2009, publicação FGV, p.61

Haiti; a participação nos BRICS – os quatro mais expressivos países emergentes do mundo, Brasil, Rússia, Índia e China; a participação positiva do país nas discussões sobre a recente crise econômica internacional.

Juntas, essas iniciativas de multilateralismo do Sul acabaram por afastar o Brasil de parceiros tradicionais como a União Européia e os Estados Unidos, o que serviu para o país como atenuante dos efeitos da crise internacional em curso no mundo desenvolvido. Ao mesmo tempo, colocaram o Brasil e seus parceiros do Sul numa posição internacional privilegiada nesse momento de discussão das novas diretrizes internacionais com vistas à retomada do crescimento econômico e social global.

A aproximação com SACU e Índia tem, para o MERCOSUL e em especial para o Brasil, uma maior importância política que comercial, uma vez que o volume de comércio entre eles ainda apresenta resultados pequenos diante da comparação com parceiros tradicionais. Todavia o apoio político destes países pode ser fundamental para que a política externa brasileira alcance objetivos importantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início da pesquisa e à época da escolha do tema, algumas das hipóteses iniciais eram de que o estudo dos impactos comerciais não seria tão fácil, em virtude da possível escassez de bibliografia e dados estatísticos, e que não seria possível comprovar incrementos de comércio em virtude apenas da reunião trilateral entre Índia e os membros da SACU e do MERCOSUL com vistas a formar um acordo que incluísse os três membros. Estas duas hipóteses foram confirmadas.

Já era de conhecimento prévio que o comércio entre os membros estudados não era tão expressivo, o que se pode comprovar ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

Entretanto, como já exposto no início deste, a importância política do movimento e adensamento de integração entre os membros se sobressai. Movimentos de adensamento na cooperação Sul-Sul são de extrema relevância para o papel que o Brasil tem intenção de protagonizar daqui para frente no ambiente internacional: porta-voz e ícone das nações em desenvolvimento. O Brasil está ficando grande demais para a América do Sul? O papel brasileiro internacionalmente transcende a sua liderança sul-americana? Estas perguntas não foram objeto direto de estudo deste trabalho, entretanto, cabe a reflexão. De toda forma, é fato que as nações desenvolvidas precisam se adaptar às recentes mudanças no paradigma de poder e aceitar o papel e o peso político no cenário internacional de nações emergentes como o Brasil.

Segundo OLIVEIRA (2005) o atual governo brasileiro está empenhado nessa quebra de paradigmas: Após assumirem seus cargos, o Presidente Lula e o Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim declararam ser necessário reinterpretar as premissas clássicas da política externa brasileira com o intuito de dar a elas um novo sentido. O objetivo desta reinterpretação seria garantir a sustentação de uma estratégia de inserção internacional do país diferente daquela presente no governo anterior e que fosse mais adequada às demandas das novas elites econômicas, das coalizões sociais e políticas no poder, da percepção do papel a ser ocupado pelo Estado brasileiro no mundo e dos constrangimentos internacionais à inserção

periférica dos países em desenvolvimento.

O apoio mútuo entre blocos de comércio de países em desenvolvimento, coordenando suas prioridades e estratégias de ação, fortalece a todos. Torna os países integrantes menos dependentes dos centros tradicionais de poder. Ajuda a construir uma arquitetura internacional adequada ao tempo que vivemos.

Os custos da integração internacional são mais do que compensados pelos ganhos advindos destas relações.

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho foram analisadas as opiniões de acadêmicos, estudiosos, jornalistas e membros do governo dos países membros dos acordos. Apesar da comunidade acadêmica e técnica não vislumbrar futuros excessivamente brilhantes no tocante ao relacionamento entre os membros, no aspecto comercial (a curto prazo), a opinião dos representantes dos Estados é bastante positiva e mais entusiasmada.

Não é consenso, todavia, de que o foco na cooperação Sul-Sul é benéfica. Críticas referentes a este movimento e ao comércio relativo aos países emergentes, têm como pano de fundo a suposição de que esse comércio não é compensador em face de perdas de comércio para os países do Norte, especialmente os Estados Unidos e a membros União Européia. Entretanto, a abertura de novos mercados deve ser compreendida como uma atividade complementar e não substitutiva. Segundo o MRE³⁰ os novos fluxos são complementares, e a abertura de novas correntes comerciais, como é natural, tem um tempo próprio de maturação. As áreas de comércio precisam ser entendidas como complementares e não como uma relação de exclusão.

Como já foi exposto, para o Brasil, a aproximação com SACU e Índia tem mais relevância política que comercial, uma vez que o intercâmbio comercial com estes países ainda é relativamente baixo. Todavia o apoio político destes países pode ser fundamental para que a política externa brasileira alcance objetivos importantes.

Não se pode negar, no atual cenário internacional, que o peso político e econômico do Brasil é um importante fator de estabilidade regional e, portanto, global.

³⁰ Ver Relações Internacionais do Brasil: Temas e Agendas, v. 1, p. 235.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTEMANI, H.; LESSA, A.C. (Orgs.). **Relações Internacionais do Brasil: Temas e agendas. Volume 1.** São Paulo: Saraiva, 2006.

ALTEMANI, H.; LESSA, A.C. (Orgs.). **Relações Internacionais do Brasil: Temas e agendas. Volume 2.** 1.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

ARBIX, G.; COMIN, A.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. (Orgs.). **Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois.** São Paulo: FEU/EDUSP, 2002.

BANCO MUNDIAL. **África será provavelmente a região mais afetada pela crise financeira.** Disponível em < <http://go.worldbank.org/DICD1V6CE0>>. Acesso em 25.mar.10.

BARRAL/W. **Regionalismo comercial: acordos nas Américas, Ásia, Europa e África: IV Curso para Jornalistas: Comércio e Negociações Internacionais.** Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.cebri.org.br/>>. Acesso em 16.mar.2010.

Braziltradenet. Disponível em: < <http://www.braziltradenet.gov.br/>>. Acesso em 15.fev.2010.

CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da Política Exterior do Brasil.** 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

D'OPCKE/W. Renasceu o Terceiro Mundo em Cancún? Perspectivas Africanas. **Meridiano 47, Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais.** Brasília/DF, nr. 38/39, p. 17 a 22.set./out.2003.

FLACSO – Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais. **Política externa do governo Lula procurou lançar o Brasil como liderança internacional.** Disponível em: <
http://flacso.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=792&Itemid=271>. Acesso em 16.mar.2010.

FONSECA, R., AZEVEDO M. S., VELLOSO, E. **O Potencial de Comércio entre Brasil e Índia — Um exame com base nas estruturas de vantagem comparativa.** Brasília: Estudos CNI 3, Confederação Nacional da Indústria (CNI). 2005.

Fórum de Diálogo IBAS. Disponível em: <<http://www.forumibsa.org/>>. Acesso em 15.fev.2010.

FRIEDEN, T. **Capitalismo Global.** São Paulo: Zahar, 2006.

HERRERA, L. A. L. MERCOSUL: projeto e perspectivas. **DEP – Diplomacia,**

Estratégia e Política. Brasília, DF, n. 6, p. 193-201, abr./jun. 2007.

HOFFMANN, A. R.; COUTINHO, M.; KFURI, R. Indicadores e Análise Multidimensional do Processo de Integração do Cone Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional.** Brasília, v. 51, n. 2, p. 98-116, jul./dez. 2008.

KORNEGAY, F.; DADA, J. (Orgs.). **A África do Sul e o IBAS: Desafios da Segurança Humana.** Porto Alegre: Editora UFRGS/FUNAG/MRE, 2007.

KUME, H.; PIANI, G.; MIRANDA, P. **Índia-MERCOSUL: Perspectivas de um acordo de preferências comerciais.** In: VI Reunião da Rede de Estudos da América Latina e Caribe sobre a Ásia do Pacífico (Redealap), promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e Instituto para a Integração da América Latina (BID/Intal). Buenos Aires, 13 e 14 de outubro de 2005. Anais eletrônicos. Rio de Janeiro, IPEA, texto para discussão 1120. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2005/td_1120.pdf>. Acesso em 01.04.2010.

LIMA/M. L. M. P. (Coord.). Capítulo 7: Acordos Regionais de Comércio. In: THORSTENSEN, V.; JANK, M (Coords.). **O Brasil e os grandes temas do comércio internacional.** São Paulo: Edições Aduaneiras/LEX Editora S.A., 2005. P. 209-239.

MERCOSUL. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br>>. Acesso em 15.fev.2010.

Ministério das Relações Exteriores (MRE). Disponível em: <<http://www.mre.gov.br>>. Acesso em 15.fev.2010.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Brasília. **Índia - MERCOSUL - SACU - Reunião Ministerial Informal – Genebra, 30 de novembro de 2009 - Comunicado conjunto.** Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe3.asp?ID_RELEASE=7608>. Acesso em 02 fev.2010.

Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em 03 fev.2010.

Mundorama. Disponível em: <<http://www.mundorama.net>>. Acesso em 20.fev.2010

O G20 e a OMC: Textos, Comunicados e Documentos. Brasília: Ministério das Relações Exteriores; Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

OLIVEIRA, M. F.: Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: O Ibas e o G-20. **Revista Brasileira de Política Internacional.** Brasília, DF, ano 48, n.2, p. 55-69, jul./dez. 2005.

OLIVEIRA, A. J. Aliança com Índia prejudica Brasil na ONU. [Depoimento a Daniel Gallas]. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 13.09.2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u56875.shtml>>. Acesso em

02.mar.2010.

PEREIRA, L. V. **Os acordos comerciais do MERCOSUL – SACU e MERCOSUL – Índia: avaliação geral na perspectiva brasileira.** CINDES – Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento. Rio de Janeiro. Out.2005. Disponível em: <http://www.cindesbrasil.org/index.php?searchword=sacu&option=com_search&Itemid=>>. Acesso em 10.mar.2010.

República da Índia. Disponível em: <<http://www.parliamentofindia.nic.in/>>>. Acesso em 10.fev.2010.

Reunião Ministerial Trilateral MERCOSUL-Índia-SACU e VII Reunião Ministerial da OMC. Disponível em: <<http://www.politicaexterna.com/archives/tag/mercosul-india-sacu>>>. Acesso em 03 fev.2010.

RIOS, S. P. O papel dos acordos comerciais na política comercial brasileira. **Revista Brasileira de Comércio Exterior/FUNCEX.** Rio de Janeiro, n. 87, p. 34-39, abr./jun., 2006

SANTOS, L. C. V. G. A América do Sul no discurso diplomático brasileiro. **Revista Brasileira de Política Internacional.** Brasília, DF, ano 48, n.2, p. 185-205, jul./dez. 2005.

SARAIVA, M. G. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. **Revista Brasileira de Política Internacional.** Brasília, DF, ano 50, n.2, p. 42-59, jul./dez. 2007.

SENHORAS, E. M.; VITTE, C. C. S. **Bifurcamento Estratégico: Os impasses do MERCOSUL entre as agendas do regionalismo e do multilateralismo.** In: XIV Jornada Internacional de Jovens Pesquisadores da AUGM. Anais eletrônicos. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Instituto de Geociências, 2006. Disponível em: <<http://www.cori.unicamp.br>>>. Acesso em 16.mar.2010

South African Institute of International Affairs (SAIIA). Disponível em: <<http://www.saiia.org.za/>>>. Acesso em 08.mar.2010.

TORRES, H.F.S.: A crise financeira e as economias emergentes. **Meridiano 47, Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais.** Brasília/DF, nr. 100, p. 29 a 31.nov.2008.

União Aduaneira da África Austral. Disponível em: <<http://www.sacu.int/>>>. Acesso em 15 de fev. 2010.

VALOR ECONÔMICO. **Brasil, Índia e África do Sul querem aumentar o comércio em US\$ 25 bi.** Disponível em: <http://www.valoronline.com.br/?online/comercio_exterior/15/5794267/brasil,-india-e-africa-do-sul-querem-aumentar-comercio-em-us-25-bi&scrollX=0&scrollY=685&tamFonte=>>. Acesso em 20.mar.2010.

VELLOSO, J. P. R. (Coord.). **O desafio da China e da Índia: a resposta do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2005.

VIEIRA, F. V.; VERISSIMO, M. P. **Crescimento econômico em economias emergentes selecionadas: Brasil, Rússia, Índia, China (BRIC) e África do Sul**. *Econ. soc.* [online]. 2009, vol.18, n.3, pp. 513-546. ISSN 0104-0618. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182009000300004&script=sci_arttext>. Acesso em 03.mar.2010.

WASSERMANN, R. **Crise econômica pode acelerar ascensão dos BRICs**. BBC Brasil em Londres. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/03/090330_entrevista_jimoneill_rw.shtml>. Acesso em 25.mar.10.

WHITE/L. **IBSA Six Year On: Co-operation in a New Global Order**. SAIIA Policy Briefing, n. 8, nov. 2009. Disponível em: <http://www.saiia.org.za/images/stories/pubs/briefings/saia_spb_08_white_20091130.pdf>. Acesso em 15.mar.2010.